

Resíduos do
Nordeste

empresa
intermunicipal



RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM

Este documento faz parte
da Acta do **CA**... n.º **2/19**
de **29/03/19**

Rubrica:*[assinatura]*.....



RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM

Este documento faz parte
da Acta do **AG**... n.º **2/19**
de **30/04/19**

Rubrica:*[assinatura]*.....

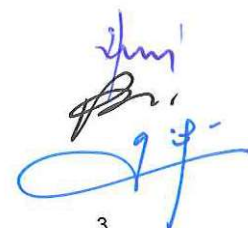
RELATÓRIO E CONTAS 2018

Jun.
Pr.
2

PÁG.

ÍNDICE

5	Relatório de Gestão Anual 2018
6	Enquadramento da Sociedade
8	Atividades Desenvolvidas em 2018
9	1. Recolha Indiferenciada
12	2. Gestão do Aterro Sanitário
19	3. Recolha Seletiva
22	4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis
27	5. Estudos e Projetos
30	6. Evolução da Gestão
37	7. Situação Financeira
38	8. Perspetivas
39	9. Proposta de Aplicação dos Resultados
40	10. Outras Informações
41	11. Conclusão
	Anexo ao Relatório de Gestão Anual Relativo ao Exercício de 2018
	Balanço
	Demonstração dos Resultados por Naturezas
	Demonstração dos Fluxos de Caixa
	Demonstração de Alterações no Capital Próprio
	Anexo
	Relatório Anual e Parecer do Fiscal Único
	Certificação Legal das Contas



RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2018

Exmos Acionistas da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.:

Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso, Vinhais e Associação de Municípios do Douro Superior.

Cumprindo as disposições legais aplicáveis, designadamente o disposto na alínea e), do artigo 13º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro e 55/2011, de 15 de novembro, e na alínea g), do artigo 8º dos Estatutos da empresa, submetemos à V/ apreciação, o nosso Relatório de Gestão e a proposta de aplicação dos Resultados, tudo reportado ao exercício de 2018, elaborado em conformidade com a Lei n.º 50/2012.


4 

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE

Nas últimas duas décadas ocorreu uma significativa evolução ao nível dos sistemas de gestão de resíduos urbanos. Partindo-se de uma lógica de gestão predominantemente municipal, no período anterior a 1995, evoluiu-se para uma gestão plurimunicipal através da criação dos sistemas multimunicipais e intermunicipais de gestão de RU.

Assim, no final de 2010, encontravam-se constituídos os atuais 23 sistemas responsáveis pelo serviço de tratamento e destino final adequado dos resíduos urbanos (alta) produzidos nos 278 municípios de Portugal Continental.

Os serviços de recolha de resíduos indiferenciados (baixa) mantiveram-se, na sua maioria, a ser prestados diretamente por serviços municipais, embora alguns municípios tenham vindo a contratualizar este serviço a entidades com participação privada, por delegação do serviço em empresas do sector empresarial local.

Nas Figuras 1 e 2 apresentam-se os modelos de gestão do serviço de resíduos urbanos em alta e em baixa em Portugal Continental, em 2016.



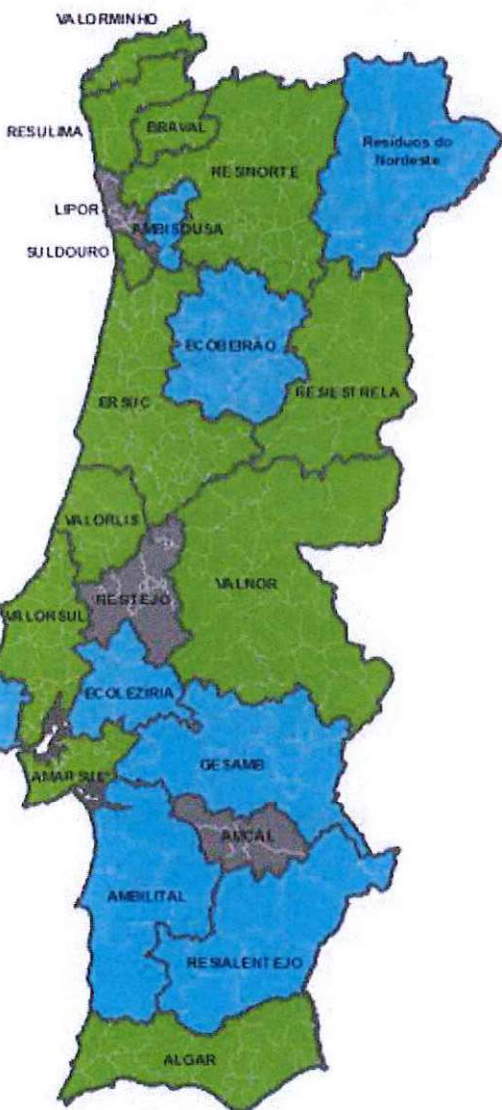


Figura 1 - EG com serviço em alta

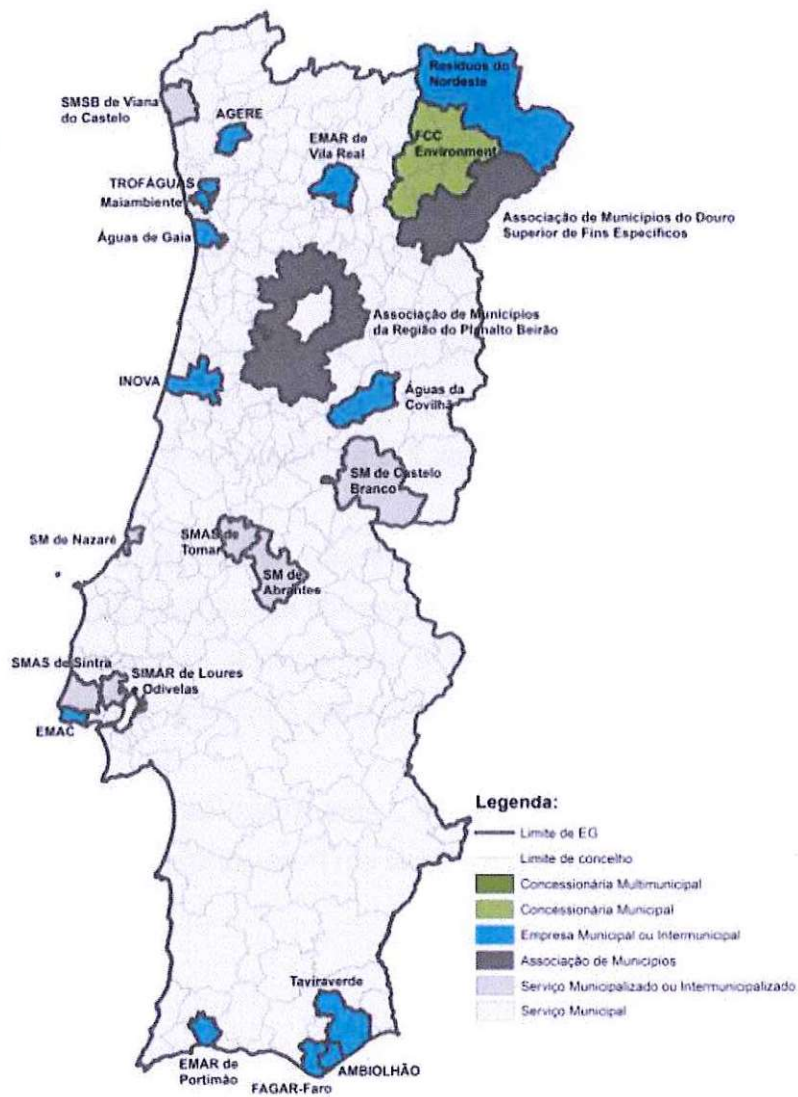


Figura 2 - EG com serviço em baixa

De referir que a maior parte dos sistemas criados assumiu a responsabilidade de recolha seletiva dos resíduos urbanos na respetiva área de intervenção, exceção feita a 28 municípios da área de intervenção de Lisboa, do Porto, Vale do Sousa e Alentejo Central.

Recentemente registaram-se alterações legais com impacto ao nível dos intervenientes do setor, de que se destacam as referentes ao acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas, permitindo a entrada de capital privado nas entidades gestoras de sistemas multimunicipais no setor dos resíduos, tendo nessa sequência sido alienado o capital social da EGF a uma entidade privada o que implicou a alteração da natureza jurídica das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos, das quais a EGF era acionista majoritária, deixando estas de ser empresas públicas e passando a ser detidas, maioritariamente por uma empresa privada.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2018

Durante o ano de 2018 a empresa prosseguiu a consolidação do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes dos municípios que o integram.

Descrevem-se, de seguida, as principais atividades desenvolvidas nos seguintes domínios:

1. Recolha Indiferenciada;
2. Gestão do Aterro Sanitário;
3. Recolha Seletiva;
4. Resíduos Urbanos Biodegradáveis;
5. Estudos e Projetos;
6. Evolução da Gestão;
7. Situação Financeira.

Mais desenvolvimentos sobre estas e outras atividades estão descritas, entre outros, no Relatório de Sustentabilidade (2018).





**RECOLHA
INDIFERENCIADA**

[Handwritten signature]

1. RECOLHA INDIFERENCIADA

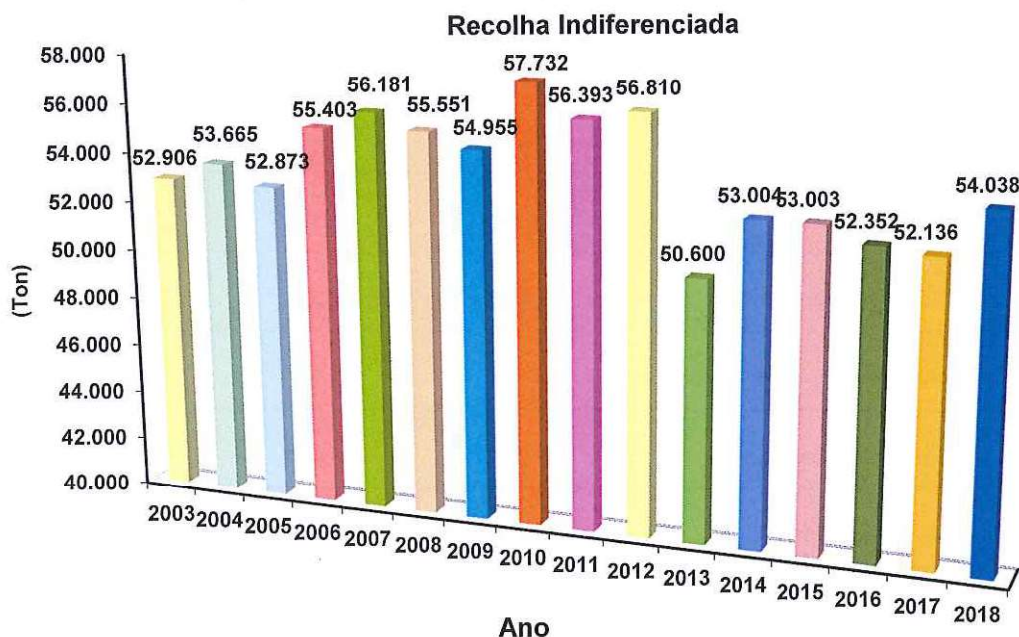


Gráfico 1 – Recolha Indiferenciada 2003 - 2018

O serviço de recolha indiferenciada de resíduos urbanos e a exploração das estações de transferência, incluindo a respetiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, decorreu com normalidade.

Em janeiro de 2018, a prestação de serviços da Terra Quente passou a ser realizada pela empresa Ferrovial. Nas primeiras semanas desta prestação de serviços ocorreram alguns contrangimentos no serviço em resultado do período de greve dos trabalhadores do antigo prestador de serviços. Após este período a prestação de serviços decorreu com normalidade.

A partir do mês de julho os serviços passaram a ser realizados pela empresa EcoAmbiente. Nada mais chegou ao nosso conhecimento digno de menção neste relatório.

Em 2018 a recolha indiferenciada teve um aumento de cerca de 3,65%, correspondente a 1.904 toneladas. Este aumento explica-se pelo facto de em janeiro de 2018 terem sido recolhidas grande parte dos resíduos produzidos em dezembro de 2017.

1.1 Produção de Resíduos Urbanos no Sistema

Município	Toneladas	Toneladas	Variação
	2017	2018	
Alfândega da Fé	1.725	1.816	5,29%
Bragança	14.879	15.415	3,61%
Carrazeda de Ansiães	2.154	2.268	5,29%
Freixo de Espada à Cinta	1.353	1.365	0,90%
Macedo de Cavaleiros	5.331	5.613	5,29%
Mogadouro	3.415	2.541	0,44%
Miranda do Douro	2.530	8.486	5,29%
Mirandela	8.060	3.446	0,90%
Torre de Moncorvo	3.059	3.087	0,90%
Vila Flor	2.263	2.383	5,29%
Vila Nova de Foz Côa	2.964	2.991	0,90%
Vimioso	1.648	1.762	6,90%
Vinhais	2.753	2.865	4,08%
Resíduos do Nordeste	52.134	54.038	3,65%
Particulares / Empresas	379	434	14,45%
RSU / ECOCENTROS / TRAPEZOIDAIS	1.155	1358	17,57%
TOTAL	53.668	55.830	4,03%

Quadro 1 – Proveniência dos resíduos urbanos (2018)



**GESTÃO DO
ATERRO SANITÁRIO**

[Handwritten signature]
11

2. GESTÃO DO ATERRO SANITÁRIO

A melhoria da gestão do aterro sanitário, foi uma das nossas principais preocupações, até porque em setembro de 2017 terminou o contrato com a FCC, passando a Resíduos do Nordeste a assumir a gestão do mesmo.

2.1. PRODUÇÃO DE RU

De acordo com os dados da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, a produção de resíduos continuará a superar o crescimento económico e os RU deverão continuar a crescer substancialmente até 2020.

Por seu lado, a Agência Europeia do Ambiente¹ salienta que é imprescindível melhorar a gestão dos resíduos urbanos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Em síntese, a Agência Europeia do Ambiente salienta:

- De acordo com as previsões, o volume de resíduos urbanos deverá aumentar 25% entre 2005 e 2020;
- O aumento da recuperação de resíduos e o desvio de resíduos dos aterros desempenham um papel essencial para se fazer face ao impacto ambiental de um acréscimo permanente do volume de resíduos;
- Tendo em conta uma utilização acrescida da reciclagem e da incineração com recuperação de energia, espera-se que as emissões líquidas de gases com efeito de estufa resultante da gestão de resíduos urbanos diminuam consideravelmente até 2020;
- A limitação ou prevenção do aumento do volume de resíduos reduziriam ainda mais as emissões de gases com efeito de estufa proveniente do setor dos resíduos e proporcionariam outros benefícios à sociedade e ao ambiente.

A produção dos RU na Europa continua a crescer. Assim, a meta de 300kg/capita/ano para 2000 não foi alcançada, registando-se uma produção de 500kg/capita/ano.

Em Portugal, em 2016, os RU tiveram o seguinte destino final:

¹ EEA Briefing 2008.01.



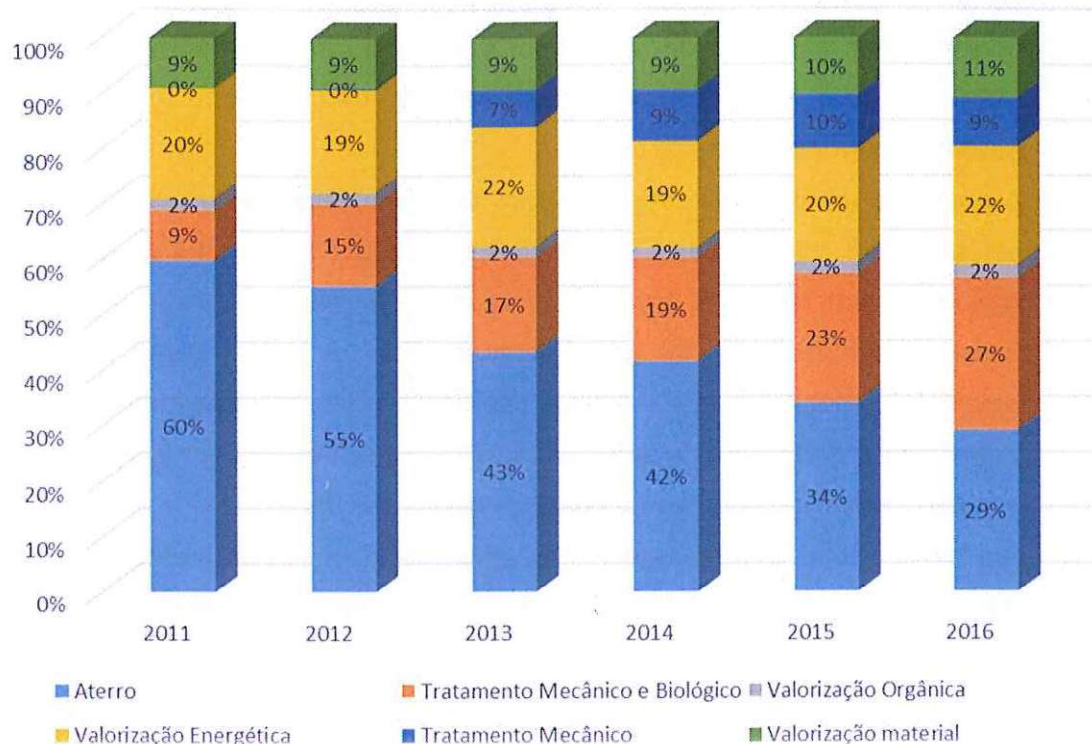


Gráfico 2 – Destino dos RU em Portugal. Fonte: Relatório de Avaliação PERSU 2020, APA, 2016.

O Relatório do Estado do Ambiente (2017), com dados referentes a 2016, salienta em síntese o seguinte:

- A produção de resíduos urbanos tem vindo a aumentar desde 2014, cifrando-se, em Portugal continental, nos 4,64 milhões de toneladas em 2016 (+2,6% face a 2015), o que corresponde a uma produção diária de 1,29 kg por habitante. Neste ano, a taxa de preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos foi de 38% e a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro foi de 41% (45% em 2015).
- No que diz respeito à reciclagem de fluxos específicos de resíduos (embalagens e resíduos de embalagens, óleos lubrificantes usados, pneus usados, resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, resíduos de pilhas e acumuladores, veículos em fim de vida e resíduos de construção e demolição), as taxas de reciclagem obtidas em 2016 permitiram o cumprimento das metas globais definidas na legislação, exceto para os veículos em fim de vida, que se estima terem ficado 1% abaixo da meta estabelecida para 2015 (85%).
- Analisando especificamente o fluxo de resíduos de embalagens, foram produzidos aproximadamente 1,57 milhões de toneladas em 2016, tendo resultado numa taxa de reciclagem de 62%, a taxa mais elevada desde 2013, um valor superior à meta

de 55% estabelecida. As embalagens de papel e cartão, plástico e madeira apresentaram uma taxa de reciclagem igual ou superior às metas instituídas. No entanto o vidro, tal como nos anos anteriores, não alcançou a respetiva meta, desta vez por uma diferença de 1%.

- A produção de resíduos perigosos em Portugal atingiu o valor máximo em 2016, cerca de 832 mil toneladas, o que corresponde a um aumento de mais de 80% face ao mínimo registado em 2014. Para este aumento contribuiu o tratamento de passivos industriais e de solos contaminados. A maior parte dos resíduos perigosos produzidos em Portugal tiveram origem em atividades de recolha, tratamento e eliminação de resíduos (43,7%), no comércio e serviços (17,5%) e na indústria metalúrgica de base e produtos metálicos (8,9%).
- Em 2016, o total de rendimentos das entidades gestoras de resíduos, resultantes das prestações financeiras – ecovalor – assumidas pelo produtor pelos impactes ambientais associados aos respetivos produtos, foi de cerca de 84 milhões de euros, o que representou uma redução de 17% face ao ano anterior, aproximando-se dos rendimentos obtidos em 2014. Em 2016, as entidades gestoras investiram 3,4 milhões de euros em sensibilização e comunicação e 518 mil euros em investigação e desenvolvimento.

No que respeita à Região do Nordeste Transmontano, a produção de resíduos aumentou ao longo de vários anos, começando a diminuir em 2013.

No aterro sanitário foram depositados o refugo proveniente da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB) e resíduos equiparados a urbanos, provenientes de particulares, sendo:

- Refugo: 36.590 ton.
- Particulares: 434 ton.

Em 2019, de acordo com as nossas previsões, devemos receber no Parque Ambiental do Nordeste Transmontano 54.000 toneladas provenientes da recolha indiferenciada e 4.000 toneladas provenientes da recolha seletiva.

2.2. MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO ATERRO SANITÁRIO

A monitorização do aterro sanitário é efetuada de acordo com as normas legais e ambientais em vigor, incluindo a análise de águas superficiais, águas subterrâneas, lixiviados e biogás, não existindo dados significativos a mencionar no presente Relatório.

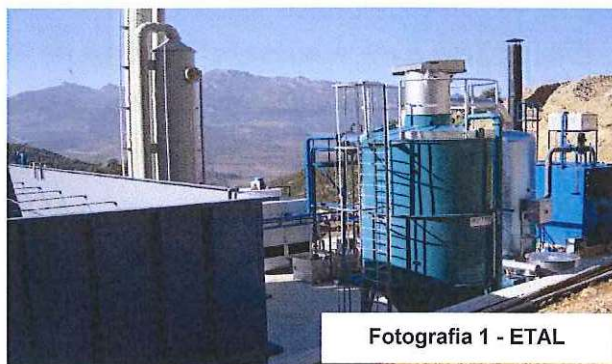
Ainda no que se refere ao aterro sanitário, são de registrar as ações de controlo da respetiva exploração, realizadas com uma frequência semanal, e a realização de Relatórios Periódicos de Exploração para envio à APA e/ou à CCDR-N.

Os lixiviados, durante o ano 2018, foram tratados na Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL) do aterro sanitário e cumpriram, na totalidade, com os parâmetros exigidos na legislação e na Licença Ambiental.

2.3. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS LIXIVIANTE (ETAL)

A ETAL do aterro sanitário encontra-se em funcionamento, efetuando o tratamento dos lixiviados.

A infraestrutura representou um investimento no valor de 1.250.000,00€ que foi participado pela APA em 85%, conforme estatuído no respetivo Contrato Programa de Cooperação Técnica e Financeira.



Fotografia 1 - ETAL

É, contudo, de salientar que o gasto do tratamento dos lixiviados é muito elevado constituindo uma forte preocupação.

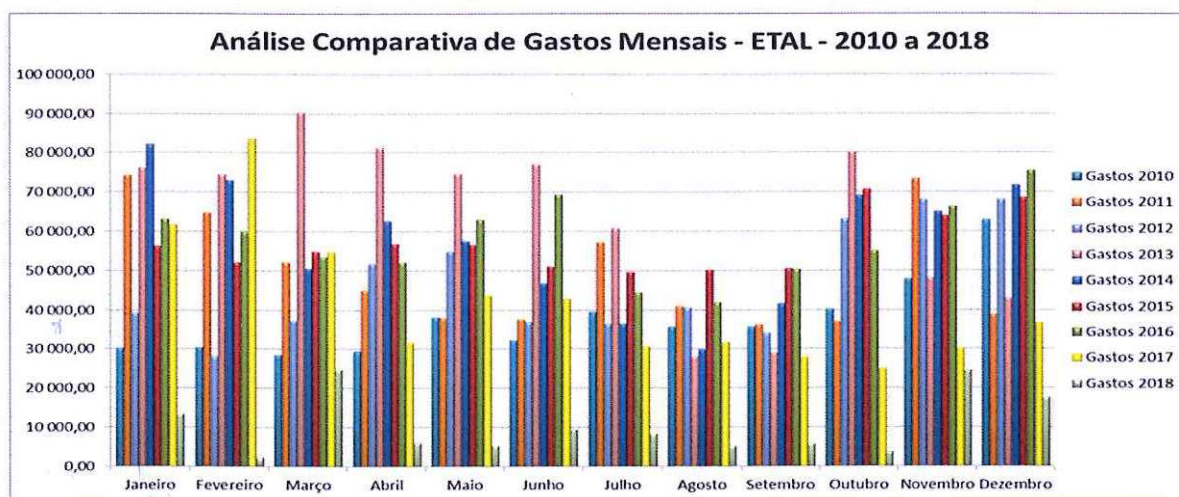


Gráfico 3 – Análise comparativa dos gastos mensais 2010 a 2018

Para minimizar os gastos do tratamento dos lixiviados, salvaguardando o cumprimento das normas legais e ambientais, a Resíduos do Nordeste assumiu, em janeiro de 2018, a gestão da ETAL. Dessa forma, em 2017, gastámos 501.785,72 € e, em 2018, houve uma redução drástica e gastámos 125.937,46 €.

2.4. APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO BIOGÁS

A nível nacional a atribuição de novas potências para produção de energias renováveis a partir de biogás constitui um passo importante para a concretização do objetivo a que Portugal se comprometeu no âmbito do Protocolo de Quioto para que, em 2010, 39% do consumo energético tenha origem em fontes de energia renovável.

O aproveitamento energético de biogás de aterros sanitários necessita de peritagem técnica e financeira para um correto planeamento, execução do projeto e operação dos sistemas, tendo a Resíduos do Nordeste obtido informação favorável da Direção-Geral de Geologia e Energia para uma ligação até 1246 Kva à rede do sistema elétrico público.

Este projeto evita a emissão de cerca de 2.000 ton/ano de CO₂ e a economia anual de cerca de 7.000 barris de petróleo. Por outro lado, permite minimizar custos operacionais e gerar proveitos suplementares através da venda de energia elétrica à rede pública.

Representa um investimento de aproximadamente 1.150.000,00€, uma potência de 716 kW, e uma produção média anual de energia de 4.500 MWh, energia equivalente ao consumo médio de 1.500 habitações por ano.



Fotografia 2 - CVE

A CVE entrou em funcionamento em maio de 2009, registando a produção expressa no gráfico 4. Em 2018 por dificuldades no licenciamento junto da DGEG não houve faturação de energia.

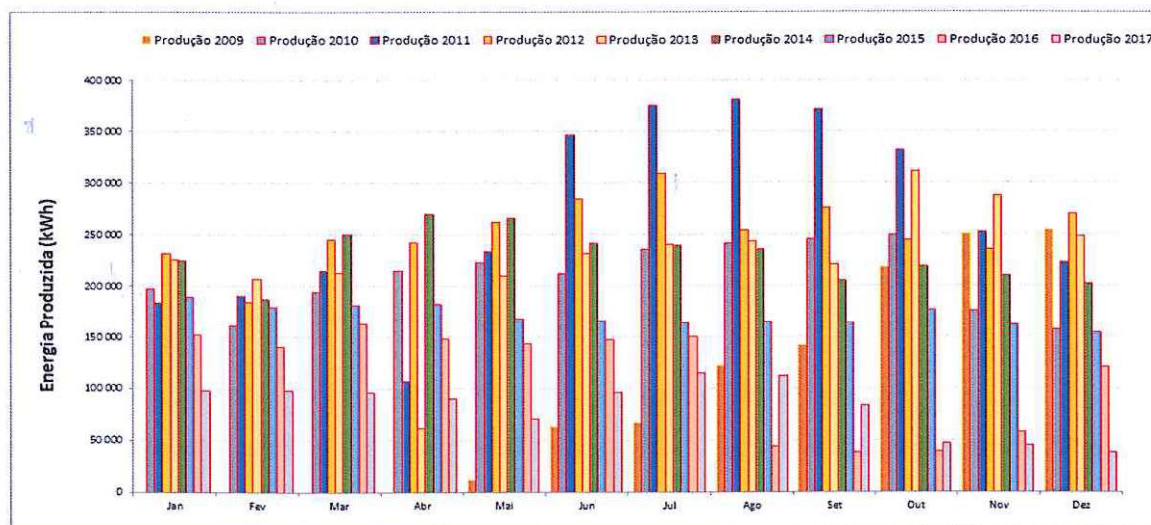


Gráfico 4 - CVE: Produção 2009 a 2017

2.5. CAPACIDADE ESTIMADA DO ATERRO

No que concerne a perspectivas futuras, está neste momento em exploração a 3ª célula do aterro sanitário permitindo a deposição de resíduos até 2022 (face ao funcionamento da UTMB) e uma capacidade estimada de 1.252.317 m³, com adequadas otimizações, aumento de cota altimétrica de deposição e, de forma sustentada, fazer melhorias sucessivas na exploração do aterro sanitário (cf. Fotografia 3).

Em relação ao aterro sanitário é de registar que, em 2017, terminou o contrato com o grupo FCC, tendo a Resíduos do Nordeste assumido diretamente, a partir de janeiro de 2018, a gestão da infraestrutura.

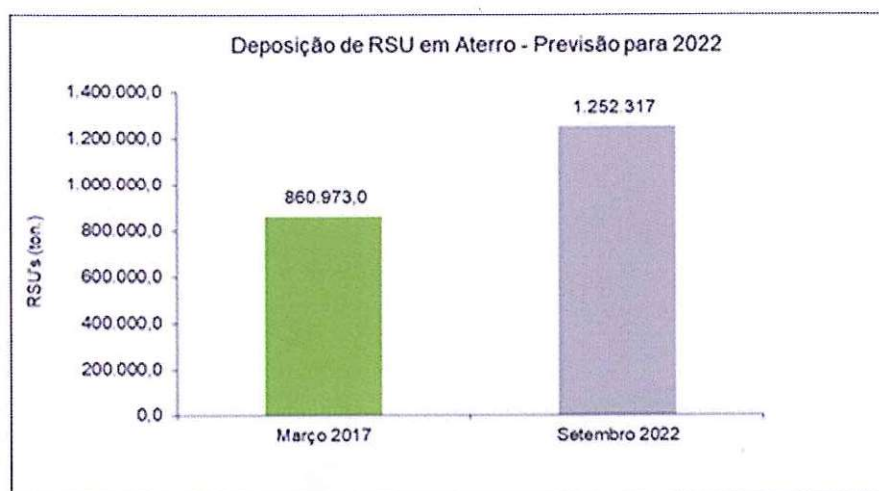


Gráfico 5



Fotografia 3 - Aterro Sanitário de Urjais – área selada



**RECOLHA
SELETIVA**

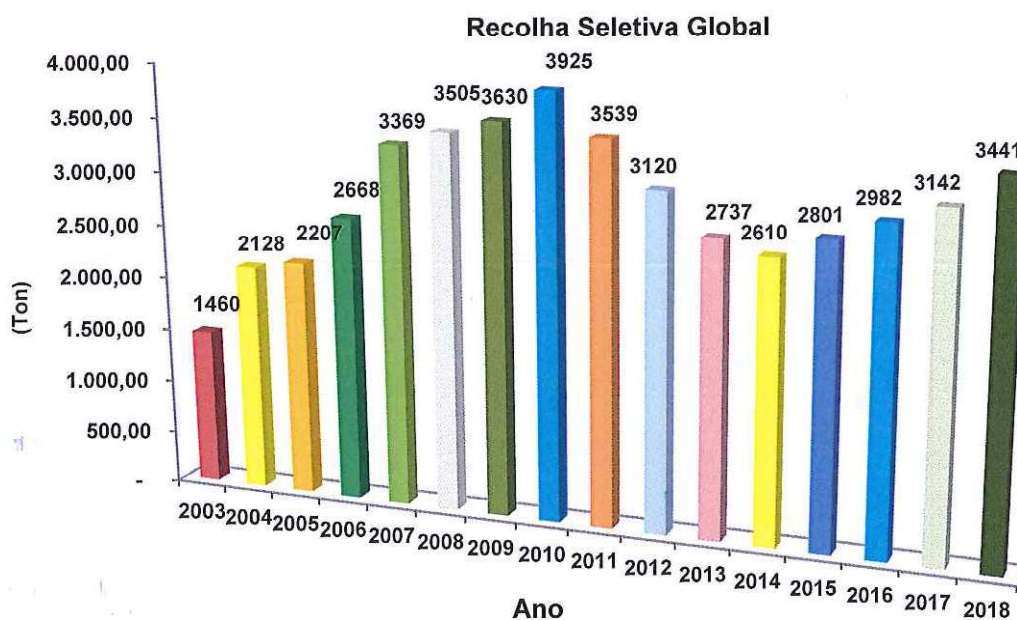
[Handwritten signature]

3. RECOLHA SELETIVA

Em 2018 a recolha seletiva aumentou na maioria dos materiais, apresentando as seguintes quantidades:

Quantidade (Ton)	2014	2015	2016	2017	2018
Papel/Cartão	825	858	963	1057	1109
Vidro	790	799	699	761	878
Metal	145	147	178	198	229
Plásticos	460	495	612	612	601
Madeira	165	178	217	259	321
Pilhas	1	2	1	3	2
Óleos Minerais	3	2	1	0	0
REEE's	212	284	313	310	303
OAU	9	11	14	9	15
Verdes	0	25	41	31	44
TOTAL	2.610	2.801	3.039	3.240	3.502

Figura3 – Recolha Selectiva 2018



Podemos verificar, que houve um aumento na recolha seletiva global de 9,5%, em relação a 2017. No nosso rácio (RSvsRI) obtemos um valor de 6,1 %, conforme se evidencia na figura seguinte:

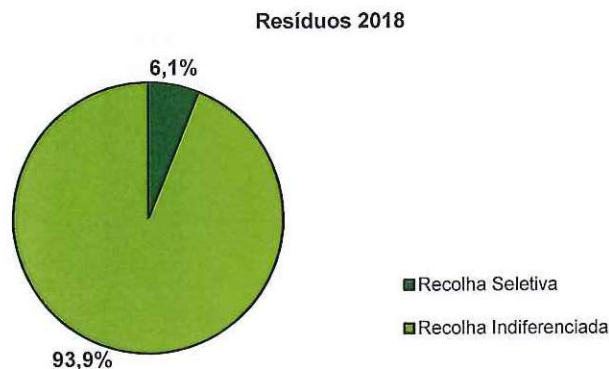


Gráfico 6 – Rácio Recolha Seletiva vs Recolha Indiferenciada.

3.1. ECOPONTOS

No que diz respeito aos ecopontos a rede atualmente instalada é a seguinte:

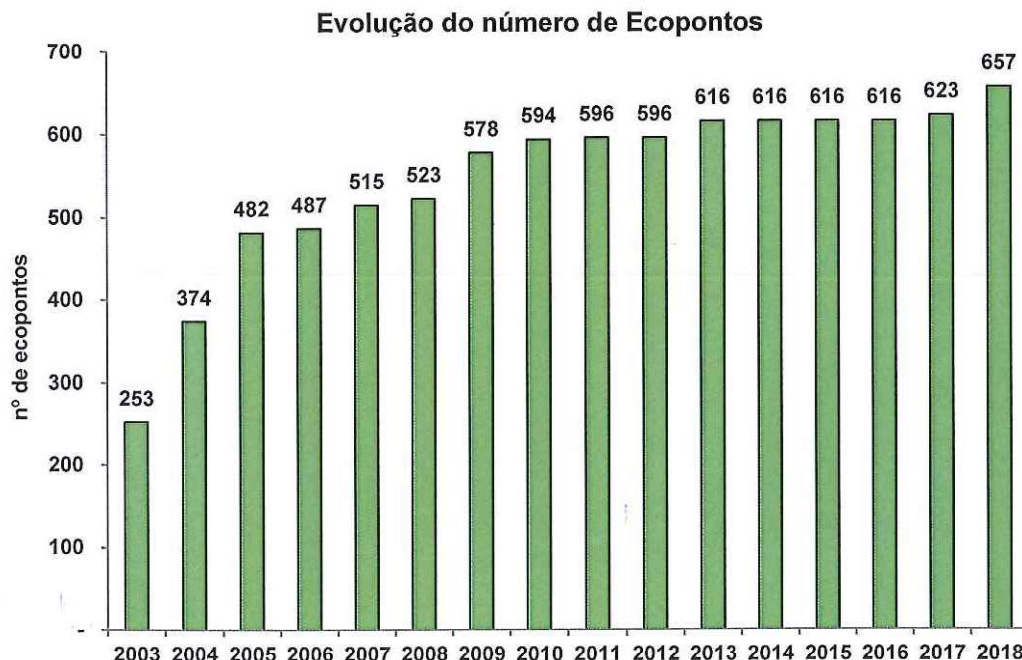


Gráfico 7 – Evolução do número de Ecopontos.

Independentemente da necessidade de avaliar o aumento do número de ecopontos instalados em alguns municípios, o Sistema apresenta um rácio global de ecopontos

instalados muito aceitável, 1 ecoponto/201 habitantes (657 ecopontos instalados / 132.029 habitantes fonte: Pordata 2017).

Acresce que a um alargamento da rede de ecopontos deverá corresponder um aumento da produção de recicláveis, caso contrário, podemos colocar em causa o equilíbrio financeiro dos contratos existentes.

No domínio da recolha seletiva, onde ainda temos que progredir, temos procurado reciclar ou valorizar todos os resíduos.



RECICLAR É PRESERVAR



[Handwritten signature]

4. RESÍDUOS URBANOS BIODEGRADÁVEIS

UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO E BIOLÓGICO POR DIGESTÃO ANAERÓBIA

Com o objetivo de contribuir para a estratégia de valorização orgânica de RUB, consignada no PERSU II, e enquadrada no compromisso nacional e comunitário de redução da matéria orgânica depositada em aterro, a implementação deste projeto dotou o conjunto dos treze municípios dos meios necessários para poder passar a valorizar RUB. Por outro lado, através da separação mecânica, permite a recuperação de resíduos recicláveis.



Fotografia 4 – UTMB – panorâmica exterior

A UTMB constitui uma solução integrada para a valorização das cerca de 55.000 toneladas de RU produzidas anualmente no Sistema. Por ano permitirá desviar da deposição em aterro no mínimo 10.000 toneladas de RUB provenientes da recolha seletiva.

O custo total da operação foi de **19.093.967,00€** (dezanove milhões, noventa e três mil, novecentos e sessenta e sete euros), conforme consta da Decisão Favorável de Financiamento.

A cobertura financeira da operação foi assegurada da seguinte forma:

- a) Até ao montante máximo correspondente a cerca de **85%** do montante de decisão da operação através da comparticipação financeira do FEDER;
- b) A restante despesa necessária à execução integral da operação foi assegurada por fontes de financiamento nacionais, a cargo da Resíduos do Nordeste, EIM.



Fotografias 5 e 6 UTMB - interior

O montante máximo de comparticipação financeira concedido pelo FEDER, no âmbito do presente contrato, foi de **15.808.034,67€**, em consequência do aumento da taxa de cofinanciamento Fundo de Coesão de 70% para 85%.

Trata-se de uma oportunidade para a região de Trás-os-Montes, em termos económicos, ambientais e sociais, pois constitui um foco de empregabilidade (criação de novos postos de trabalho) e um potencial mercado inovador através da comercialização do composto orgânico produzido, restabelecendo a economia da região e produção de energia elétrica através da valorização do biogás gerado no sistema. Por outro lado, a produção de composto orgânico com qualidade demonstrará os benefícios acrescidos e ainda desconhecidos na fertilidade dos solos, nomeadamente na reabilitação de áreas degradadas/ abandonadas na região (minas, pedreiras, áreas desertificadas).

Atualmente a operação encontra-se concluída e foi aprovado, em 2016, o relatório final pela Autoridade de Gestão (POVT/POSEUR).

Caraterização dos resíduos que entraram na UTMB em 2018 (período seco):

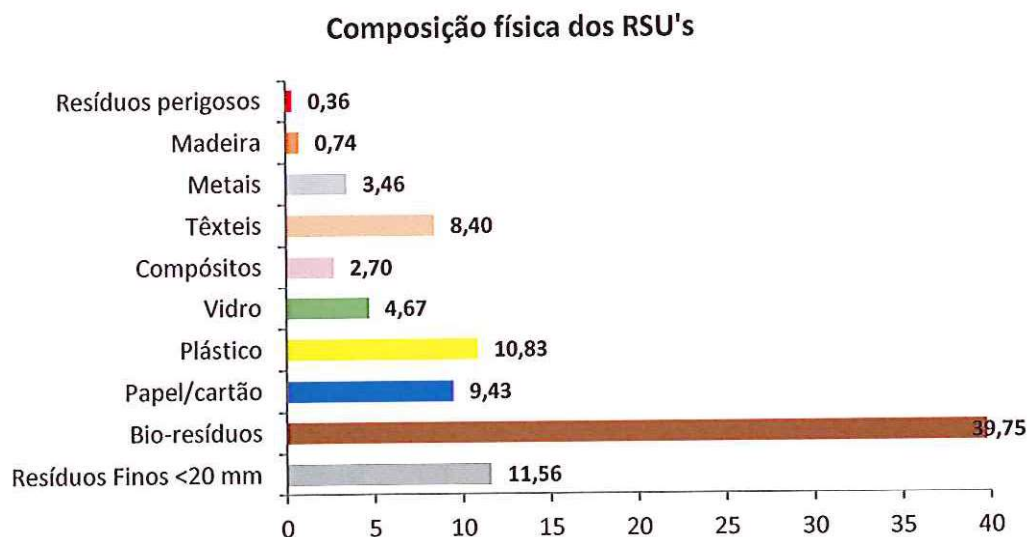
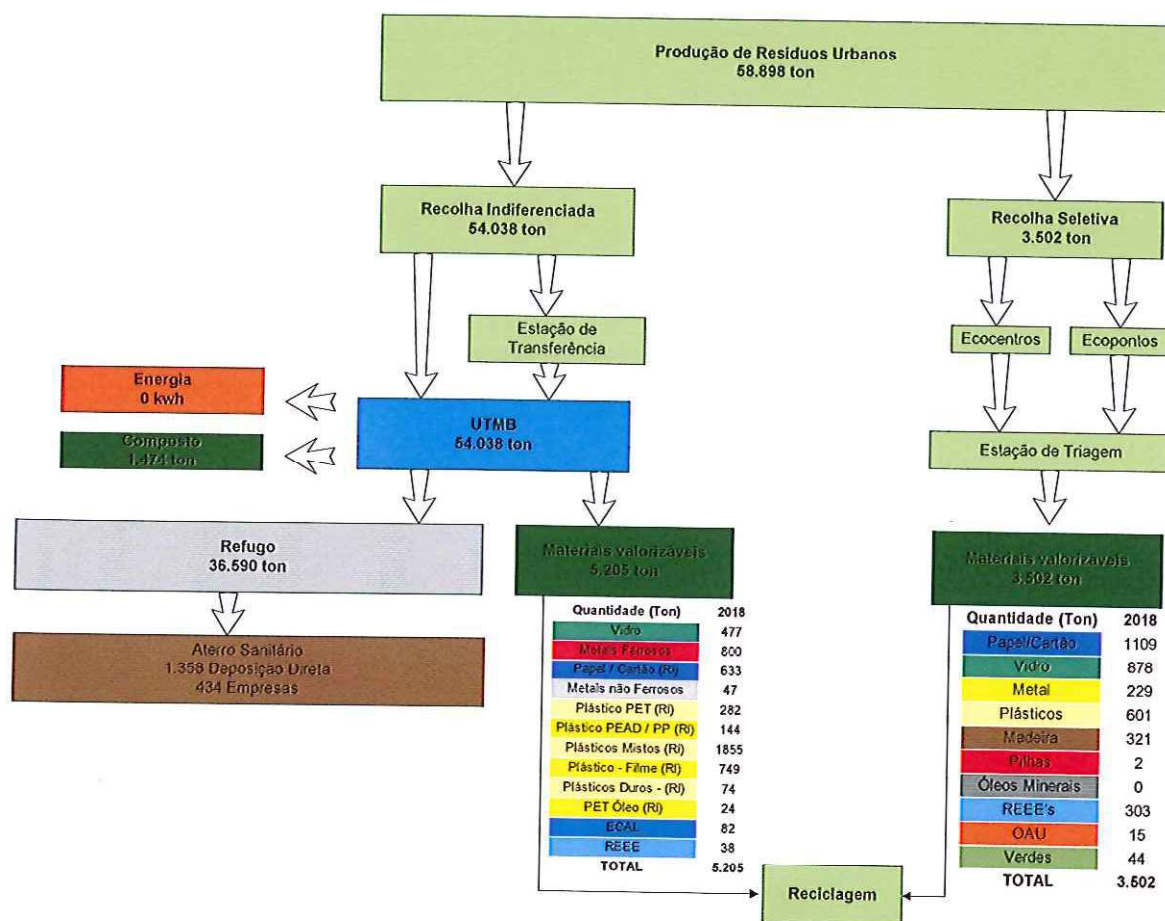


Gráfico 8 – Composição física dos RSU's.

A Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico recebeu, em 2018, os RU provenientes das recolhas municipais e os resíduos verdes dos ecocentros onde existe este fluxo de resíduos separado em contentor, conforme quadro seguinte:

Proveniência	Quantidade (t)
Recolhas municipais	54.038
Resíduos Verdes	44

Balanco de Massas – Parque Ambiental do Nordeste Transmontano



Com a conclusão da UTMB ganhou forma o "Parque Ambiental do Nordeste Transmontano" (PANT) em contraponto com a anterior situação de apenas um aterro sanitário, como elucida a fotografia 7.



Fotografia 7: Parque Ambiental do Nordeste Transmontano



**ESTUDOS E
PROJETOS**

5. ESTUDOS E PROJETOS

Neste domínio, em 2018, continuamos a implementar os seguintes estudos e projetos:

5.1. NOVOS FLUXOS DE RESÍDUOS

Neste particular, importa destacar a recolha seletiva de Óleos Alimentares Usados (OAU)

Delegação na Resíduos do Nordeste, EIM, da gestão dos óleos alimentares usados – criação de uma rede de recolha seletiva intermunicipal – Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro.

A Resíduos do Nordeste é responsável pela gestão dos OAU, nos municípios que delegaram na empresa essa responsabilidade.

Em 31 de dezembro de 2017 a Resíduos do Nordeste era responsável pela gestão dos OAU nos seguintes municípios: Alfândega da Fé, Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa e Vimioso.

A rede de recolha seletiva intermunicipal de óleos alimentares usados encontra-se praticamente instalada na sua totalidade nos municípios que delegaram na Resíduos do Nordeste essa responsabilidade.

Mais informações sobre este assunto são desenvolvidas no respetivo relatório anual de gestão de OAU (2018).



Fotografias 8 e 9: Oleões instalados e viatura de recolha

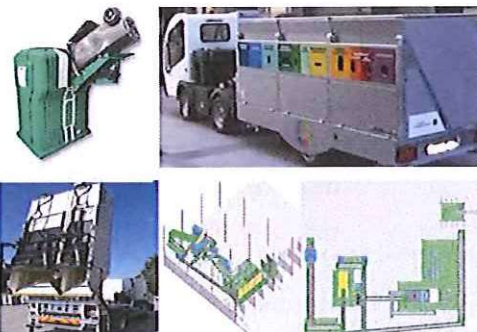
5.2. “PROJETO INTEGRADO DE RECOLHA SELETIVA MULTIMATERIAL NO NORDESTE TRANSMONTANO

A operação foi aprovada ao abrigo do PO SEUR e compreende as seguintes ações:

Ação 1 - Recolha Seletiva Multimaterial porta-a-porta (PaP);

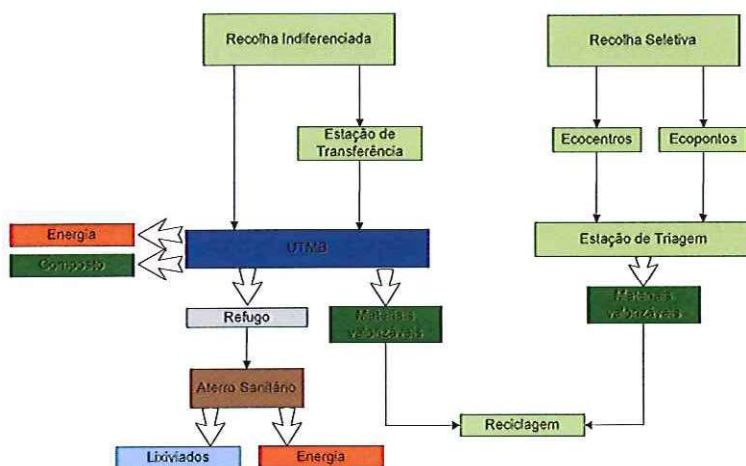
Ação 2 - Otimização e Reforço da Recolha Seletiva;

Ação 3 – Centro de triagem.

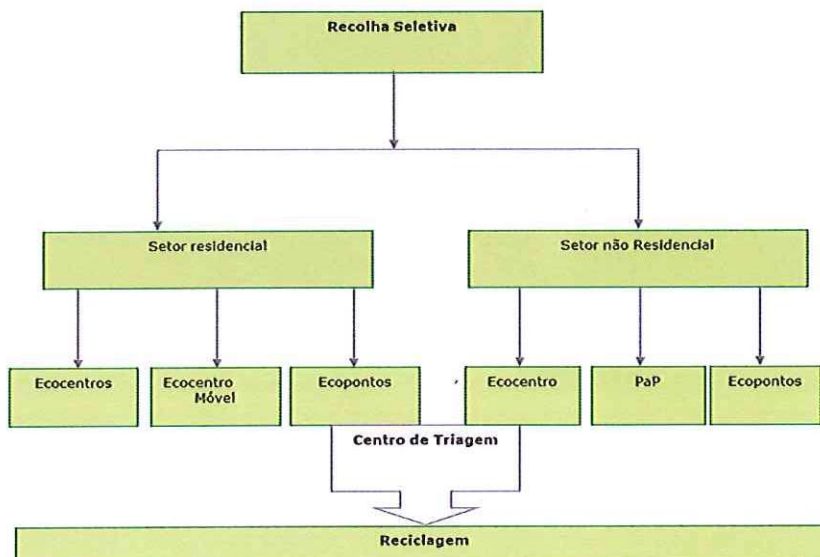


O “Projeto Integrado de Recolha Seletiva Multimaterial no Nordeste Transmontano” tem uma duração de 30 meses.

Modelo atual de gestão de resíduos



Alteração ao modelo de recolha seletiva com o projeto



5.3. PROJETO EDUCAR PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR

O projeto aprovado, com a duração de 24 meses, destina-se a resíduos urbanos, ou seja, "resíduos provenientes de habitações, bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações", com uma produção diária inferior a 1.100 l.

Consiste na implementação de uma campanha de educação e sensibilização nos municípios que integram a CIM-TTM, e em simultâneo no Sistema Resíduos do Nordeste.

Compreende a criação de instrumentos de sensibilização e comunicação sobre, reutilização, redução de embalagens, redução do desperdício alimentar, redução da perigosidade de resíduos e reciclagem.





**EVOLUÇÃO DA GESTÃO
E SITUAÇÃO FINANCEIRA**

6. EVOLUÇÃO DA GESTÃO

6.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS

A evolução da magnitude dos investimentos no contexto do triénio findo apresenta-se como segue:

(valores expressos em euros)

Política de investimentos		Período 2018			Período 2017			Período 2016
		Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Investimentos	Investimentos financeiros	233,33	33,69	16,88%	199,64	194,11	3510,13%	5,53
	Propriedades de investimento							
	Ativos fixos tangíveis	207.948,61	51.182,37	32,65%	156.766,24	33.656,68	27,34%	123.109,56
	Ativos intangíveis	27.304,70	8.335,78	43,94%	18.968,92	18.479,39	3774,92%	489,53
	Totais	235.486,64	59.551,84	33,85%	175.934,80	52.330,18	42,34%	123.604,62
Desinvestimentos	Investimentos financeiros							
	Propriedades de investimento							
	Ativos fixos tangíveis					(43.362,25)		43.362,25
	Ativos intangíveis							
	Totais					(43.362,25)		43.362,25

Nestes últimos três anos, os investimentos realizados têm vindo a assumir valores cada vez mais significativos, muito embora a sua representatividade relativamente à dimensão da empresa não seja relevante.

No domínio dos Ativos Tangíveis, em 2018 o destaque do investimento centrou-se na aquisição de duas viaturas pesadas de mercadorias, cujo valor, sem IVA, ascendeu a 167.500 €, sendo que tal investimento enquadra-se já na concretização do projeto apoiado por fundos comunitários e cuja comparticipação ronda os 85% das aplicações relevantes respetivas, o qual tem por base o POSEUR do Portugal 2020. Trata-se de um projeto apresentado pela empresa, já aprovado pela entidade gestora respetiva, cujo valor global das suas aplicações relevantes ascende a 3.235.000 €, inteiramente direcionado para o aperfeiçoamento dos níveis de eficácia associados à recolha seletiva e cuja implementação se vai prolongar por muitos meses.

No sentido de concretizar, na sua globalidade, o investimento candidatado ao Fundo Ambiental, a empresa adquiriu uma viatura elétrica, ligeira de mercadorias, bem como o respetivo posto de carregamento, tudo por 25.250 €.

Foram, ainda, concretizados outros projetos candidatados a fundos comunitários – POSEUR – cujo valor de investimento global ascendeu a um pouco mais de 100.000 €, o qual foi considerado como gastos do exercício, atendendo à natureza das despesas em causa e à sua finalidade, sendo que a percentagem de comparticipação comunitária é de 85%.

Já no contexto dos investimentos em intangíveis, o valor respetivo ascendeu a cerca de 27.000 €, todo ele orientado para a renovação do licenciamento dos ecocentros em operação.

Restará dizer que a empresa tem em curso o licenciamento de todo o complexo de recolha e tratamento de resíduos, incluindo a componente de tratamento de lixiviados, isto é, o parque ambiental globalmente considerado, tudo inserido na mais recente legislação que regula os processos de licenciamento deste tipo de complexos (Regime de Licenciamento Único de Ambiente, instituído pelo Decreto-Lei nº 75/2015, de 11 de maio), com vista à obtenção do Título Único Ambiental (TUA).

No âmbito do licenciamento acabado de focar, foram já pagas várias taxas à entidade reguladora respetiva (APA), cujo valor ascende já a cerca de 20.000 €, o qual também foi assumido como Ativo intangível.

6.2 ANÁLISE DA ACTIVIDADE E DOS RESULTADOS

Numa base trienal, mostra-se, de seguida, a evolução da atividade económica da sociedade. A análise do quadro que se segue permite observar o comportamento do volume de negócios, margem bruta e resultados operacionais, tudo numa base comparativa com aquilo que teve lugar em 2016 e 2017:

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	Período 2018			Período 2017			Período 2016
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	7.300.667,80	(196.185,85)	(2,62%)	7.496.853,65	(247.768,10)	(3,20%)	7.744.621,75
Margem bruta - Valor	1.653.413,17	630.706,85	61,67%	1.022.706,32	84.394,70	8,99%	938.311,62
Margem bruta - %	22,65%	9,01%	66,01%	13,64%	1,53%	12,60%	12,12%
Resultado operacional	369.299,32	164.010,25	79,89%	205.289,07	(14.367,07)	(6,54%)	219.656,14

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	Período 2018			Período 2017			Período 2016	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	7.300.667,80	100,00%	(2,62%)	7.496.853,65	100,00%	(3,20%)	7.744.621,75	100,00%
Margem bruta - Valor	1.653.413,17	22,65%	61,67%	1.022.706,32	13,64%	8,99%	938.311,62	12,12%
Resultado operacional	369.299,32	5,06%	79,89%	205.289,07	2,74%	(6,54%)	219.656,14	2,84%

Depois de ter ultrapassado 7.700.000 € em 2016, o volume de negócios da empresa experimentou uma queda ligeira no ano seguinte, sendo que, de 2017 para 2018, tal volume voltou a recuar. Este recuo cifrou-se em cerca de 196.000 €, em valor absoluto, a que corresponde uma variação, de sentido negativo, igual a 2,62%. Nestas condições, como acima ilustrado, estamos agora perante um valor de vendas e de serviços prestados a rondar 7.300.000 €.

Tal como assinalado no Relatório de Gestão respeitante ao ano de 2017, a descida do volume de negócios de 2016 para 2017 teve por base, essencialmente, o período de greve que teve lugar em dezembro deste último ano, o qual, tendo abrangido um número significativo de dias, prejudicou o volume de faturação desse mês emitida pela RN aos seus clientes, logo, do ano em questão. A esta luz, portanto, percebe-se melhor a redução ora retratada.

Já no que se refere ao ano de 2018, não ocorreram quaisquer interrupções ou constrangimentos no desenvolvimento da atividade da sociedade, pelo que o volume de negócios associado a este ano não sofreu qualquer impacto de sentido negativo daí resultante. Contudo, outras ocorrências tiveram lugar ao longo do ano, as quais prejudicaram o desenvolvimento da atividade social e/ou alteraram a metodologia de faturação a clientes, logo, da magnitude do volume de operações da empresa. São elas:

- (i) Por dificuldades de licenciamento junto da DGEG das instalações e dispositivos produtores de energia, em 2018 não houve venda de energia, com exceção de pequenos valores obtidos a partir da microgeração;
- (ii) Fruto da celebração do novo contrato de recolha nos Municípios da Terra Quente, verificou-se uma diminuição dos preços unitários de venda, assente numa diminuição dos preços correspondentes faturados pelos subcontratados da empresa que atuam nestes municípios. Assim e em função desta diminuição de preços, o volume de negócios acabou por também diminuir, de forma proporcional.

Face ao exposto, pode concluir-se que, não tivessem tido lugar os dois fatores descritos, um dos quais escapa ao controlo da empresa, e o volume de vendas e dos serviços prestados não observaria oscilação visível. Por conseguinte, percebe-se, então, a relativa estabilidade da atividade da empresa no que se refere ao seu volume de operações, facto que, afinal, traduz a maturidade do negócio por si desenvolvido.

O comportamento que tem vindo a ser relatado mostra-se acompanhado por um incremento muito robusto da margem bruta libertada, tanto em termos absolutos como relativos. Com efeito e em termos absolutos, a dita margem superou já o milhão e seiscentos mil euros, o que representa 22,65% do volume de negócios do ano. Por detrás deste comportamento, encontra-se o facto de a empresa ter assumido todo o ciclo do negócio da gestão do aterro e da exploração da ETAL, deixando de subcontratar a terceiros os trabalhos respeitantes às operações ligadas a esse ciclo. Em consequência, a internalização pela empresa desse ciclo de negócio – a gestão do aterro em setembro de 2017 e a exploração da ETAL em janeiro de 2018 - acabou por se revelar muito frutuosa, na medida em que determinou uma significativa poupança de recursos, com impacto sobejamente visível nos seus índices de rentabilidade.

Aliás, a referida internalização, associada à assunção, logo no início de 2017, de todo o ciclo do negócio da recolha seletiva, deixando a empresa de subcontratar as tarefas associadas à operação desse segmento de negócio, explica a diferença significativa entre a margem bruta de comercialização obtida em 2016 e a alcançada nos dois anos subsequentes.

Tendo em conta a magnitude do crescimento acabada de focar por parte da Margem Bruta, o valor do Resultado Operacional relativo a 2018 não podia deixar de aumentar fortemente em relação aos dois anos anteriores, tanto em termos absolutos como relativos. Na verdade, ao passo que em 2016 e 2017, em valor absoluto, o referido Resultado atingiu cerca de 220.000 € e 205.000 €, respetivamente, em 2018 o mesmo Resultado rondou os 370.000 €. Tal significa que, em 2018 e em termos relativos, o referido Resultado representa 5,06% do correspondente volume de negócios, ao passo que no ano anterior essa percentagem foi de 2,74%.

Sendo certo que são muitas as variáveis que conduzem à formação do Resultado Operacional, vejamos, sinteticamente, o que condicionou a sua evolução no triénio em análise, para além da melhoria da Margem Bruta já devidamente dissecada. Para o efeito, apresentam-se as tabelas que se seguem, as quais devem ser lidas conjuntamente com a Demonstração dos Resultados, aí se apresentando, igualmente, a evolução das outras categorias de Resultados:

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	Período 2018			Período 2017			Período 2016
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	7.300.667,80	(196.185,85)	(2,62)%	7.496.853,65	(247.768,10)	(3,20)%	7.744.621,75
Outros rendimentos e gastos operacionais	(5.639.865,12)	293.576,05	4,95%	(5.933.441,17)	130.822,88	2,16%	(6.064.264,05)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1.660.802,68	97.390,20	6,23%	1.563.412,48	(116.945,22)	(6,96)%	1.680.357,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.291.503,36)	66.620,05	4,91%	(1.358.123,41)	102.578,15	7,02%	(1.460.701,56)
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	369.299,32	164.010,25	79,89%	205.289,07	(14.367,07)	(6,54)%	219.656,14
Resultados financeiros	(35.403,78)	3.667,88	9,39%	(39.071,66)	6.584,02	14,42%	(45.655,68)
Resultado antes de imposto (RAI)	333.895,54	167.678,13	100,88%	166.217,41	(7.783,05)	(4,47)%	174.000,46
Imposto sobre rendimento do período	52.788,14	119.872,70	178,69%	(67.084,56)	(37.123,05)	(123,90)%	(29.961,51)
Resultado líquido do período	386.683,68	287.550,83	290,07%	99.132,85	(44.906,10)	(31,18)%	144.038,95

(valores expressos em euros)

Resultado das operações	Período 2018			Período 2017			Período 2016	
	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios	Variação face ao período anterior	Quantias	Em % do volume de negócios
Volume de negócios	7.300.667,80	100,00%	(2,62)%	7.496.853,65	100,00%	(3,20)%	7.744.621,75	100,00%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(5.639.865,12)	(77,25%)	4,95%	(5.933.441,17)	(79,15%)	2,16%	(6.064.264,05)	(78,30)%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	1.660.802,68	22,75%	6,23%	1.563.412,48	20,85%	(6,96)%	1.680.357,70	21,70%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.291.503,36)	(17,69%)	4,91%	(1.358.123,41)	(18,12%)	7,02%	(1.460.701,56)	(18,86)%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	369.299,32	5,06%	79,89%	205.289,07	2,74%	(6,54)%	219.656,14	2,84%
Resultados financeiros	(35.403,78)	(0,48%)	9,39%	(39.071,66)	(0,52%)	14,42%	(45.655,68)	(0,59)%
Resultado antes de imposto (RAI)	333.895,54	4,57%	100,88%	166.217,41	2,22%	(4,47)%	174.000,46	2,25%
Imposto sobre rendimento do período	52.788,14	0,72%	178,69%	(67.084,56)	(0,89%)	(123,90)%	(29.961,51)	(0,39)%
Resultado líquido do período	386.683,68	5,30%	290,07%	99.132,85	1,32%	(31,18)%	144.038,95	1,86%

Tendo em conta a evolução dos principais agregados de rendimentos e gastos observada no ano de 2018, a verdade é que ambas as tabelas acima apresentadas exibem níveis de Resultados, sejam eles quais forem, em muito melhor situação para este ano do que nos dois anos anteriores.

Na verdade e explicando o antedito, constata-se que em 2018 o valor assumido pelo RADFI (ou EBITDA) foi de 1.660.802,68 €, a que corresponde 22,75% do volume de negócios do ano, ao passo que no ano anterior aquele montante elevou-se a 1.563.412,48 €, sendo que a percentagem do volume de negócios que lhe está associada é de 20,85%.

Por conseguinte, a melhoria da Margem Bruta, tanto em termos absolutos como relativos, acabou por conduzir à evolução favorável do EBITDA alcançado pela empresa.

Tendo em conta que o valor dos investimentos realizado em 2018 e com entrada em funcionamento nesse ano não foi significativo, à semelhança do que tem sucedido nestes anos mais recentes, o valor das Depreciações do exercício acabou por descer de forma visível relativamente aos dois anos anteriores, em virtude de alguns elementos constitutivos dos Ativos Fixos Tangíveis terem terminado a sua via útil contabilística. Então, trata-se de mais um facto que beneficiou o valor do Resultado Operacional de 2018, razão pela qual este último se situou bem acima do de 2017 e 2016.

No caso da Resíduos do Nordeste, os Resultados Financeiros são quase exclusivamente formados pelos gastos financeiros (juros) pagos a propósito do empréstimo bancário contraído junto do BEI para o financiamento da construção da UTMB. Tais juros, pagos numa base semestral, baixaram ligeiramente de um ano para o outro, facto que explica a razão pela qual os Resultados Financeiros sejam parecidos para os dois últimos anos em análise. Deste modo, os Resultados Antes de Impostos seguiram em linha com a evolução dos Resultados Operacionais, apresentando um valor mais amplo em 2018 do que em 2017.

Em 2017 a entidade incorreu em gastos contabilísticos que não apresentam relevância do ponto de vista fiscal; por esse facto, o Lucro Tributável desse ano foi notoriamente mais elevado do que o correspondente Resultado Antes de Impostos. Então, o valor do IRC estimado para o ano de 2017 acabou por ser mais significativo do que o seria em condições normais, facto que encolheu o Resultado Líquido desse ano.

Entretanto, por força da não consideração pela AT, em 2018, como gasto fiscal de um valor significativo de gastos contabilizados ao longo de anos anteriores – gastos potenciais – os quais serão efetivamente considerados como tal quando forem realmente incorridos, assistiu-se à geração de impostos diferidos ativos pelo valor de 126.000 €. Nestas condições, o imposto sobre o rendimento de 2018 acabou por assumir um valor positivo (52.788,14 €), o que impulsionou o Resultado Líquido correspondente por igual montante.

Numa perspetiva de comentário a algumas rubricas que constam da Demonstração dos Resultados e que ainda não tenham sido comentadas, procurando compreender melhor os motivos subjacentes à evolução dos diversos níveis de Resultados a que se aludiu anteriormente, esclarece-se que:

(i) O valor global dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) diminuiu cerca de 545.000 €. Por seu turno, o valor dos Subcontratos, componente principal dos FSE, caiu cerca de 752.000 €. Assim sendo, a diminuição dos FSE como um todo deve-se à redução do valor dos Subcontratos, a qual, por seu turno, está intimamente relacionada com a internalização dos segmentos de negócio a que já se aludiu. É claro que a redução do valor global dos FSE não podia acompanhar estritamente a redução do valor dos subcontratos, na medida em que a internalização acabada de referir inevitavelmente acabaria por provocar o incremento de algumas rubricas de despesa que compõem os FSE e que não fazem parte dos subcontratos. É o caso dos “combustíveis”, “conservação e reparação” e “trabalhos especializados”, por exemplo.

Em síntese, pode dizer-se que a evolução acabada de explicitar a respeito dos FSE decorreu da alteração ocorrida no modelo de negócio de gestão do aterro e da exploração da ETAL, em setembro de 2017 e princípio de 2018, respetivamente, que se veio juntar à alteração do modelo de negócio da recolha seletiva já implementada em fevereiro de 2017. Na verdade, os referidos modelos de exploração sofreram uma profunda alteração, tal como acima descrito, sendo certo que tal alteração provocou um decréscimo significativo do valor dos Subcontratos e apenas algum incremento do valor de outras subcategorias de gastos;

(ii) Considerando a magnitude respetiva, os “Outros Rendimentos” assumem-se como uma parcela importante no contexto da formação dos Resultados. No entanto, no domínio destes, apenas a componente associada aos subsídios ao investimento ocupa lugar de relevo. Ora, de 2017 para 2018 verificou-se uma redução do valor anual da transferência para “Outros Rendimentos” deste tipo de subsídios, motivo pelo qual se assistiu à quebra no valor global de tais Rendimentos. Tal quebra, em termos globais, atingiu cerca de 86.000 €;

(iii) Não se reforçou o valor retido acumulado destinado a fazer face aos encargos decorrentes da selagem e monitorização do aterro, por se considerar que o valor já provisionado é suficiente. Nestes termos, não foi reforçada a Provisão respetiva;

(iv) Tendo em conta que no ano de 2018 ficou cimentada a ideia segundo a qual existe risco efetivo de incobrabilidade relativamente ao crédito detido pela SPV, formado em 2016, constituiu-se a correspondente imparidade sobre o seu valor global. Tal imparidade ascende a 362.800 €, sensivelmente, e representou um travão ao crescimento ainda maior do nível de resultados exibido pela empresa no ano ora relatado, a começar pelo EBITDA;



(v) Os “Gastos com o Pessoal” apresentam um crescimento de quase 22.000 € de 2017 para 2018, não se tratando de uma variação digna de registo. Por detrás desta variação encontram-se apenas as valorizações remuneratórias, nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2018, bem como o ajustamento do quadro de pessoal ao serviço.

A este respeito, segue-se o quadro ilustrativo do número de efetivos e gastos correspondentes:

(valores expressos em euros)

Recursos humanos	Período 2018	Período 2017	Período 2016
Número de trabalhadores no final do período	11	9	9
Número médio de trabalhadores ao longo do período	10	11	9
Gastos com o pessoal	320.648,01	298.955,59	311.042,58
Gastos médios por trabalhador	32.064,80	27.177,78	34.560,29
VAB por trabalhador	242.495,61	184.063,58	250.251,60

7. SITUAÇÃO FINANCEIRA

O nível de rentabilidade historicamente exibido pela empresa, aliada à retenção sucessiva dos resultados/lucros correspondentes, tem vindo, ano após ano, a contribuir para a sua solidez financeira. Tal nível de rentabilidade vem perfeitamente evidenciado nas tabelas que acima se apresentaram e comentaram.

Os meios libertos pela atividade da empresa em 2018 cifraram-se em 754.332,93 €, sendo que em 2017 esse valor atingiu 389.679,49 €. Portanto, estamos perante valores muito interessantes, que têm contribuído para o robustecimento da situação financeira da empresa.

A boa posição financeira da entidade reflete-se nos seus principais indicadores de gestão, como é o caso do seu rácio de Autonomia Financeira e Solvabilidade. No que ao rácio de Autonomia Financeira respeita, verifica-se que o mesmo se tem mantido estável nos 65%, como se mostra adiante.

Face ao aumento da rentabilidade observada em 2018, os indicadores de situação financeira da empresa continuam a registar níveis muito interessantes, não dando sinais de degradação.

Apresenta-se uma tabela tradutora da evolução da situação financeira da empresa no decurso do triénio findo, com a indicação de algumas grandezas relevantes:

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>
Resultados Líquidos	144.038,95	99.132,85	386.683,68
Provisões	150.000,00	146.008,17	-146.008,17
Imparidades	34.533,49	0,00	362.823,42
Amortizações e Depreciações	1.460.701,56	1.358.123,41	1.291.503,36
Subsídios ao investimento transferidos para rendimentos	1.358.836,95	1.213.584,94	1.140.669,36
Meios Libertos	430.437,05	389.679,49	754.332,93
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	1.077.323,14	969.335,74	1.177.287,11
Ativos Correntes	6.425.719,19	7.083.991,30	7.397.427,60
Passivos Correntes	1.893.233,44	2.307.236,66	2.541.332,46
Capitais Próprios	14.936.099,76	14.165.523,29	13.765.484,86
Ativos Correntes/Passivos Correntes	3,39	3,07	2,91
Autonomia Financeira	0,67	0,65	0,65

Em função do antedito e apresentado, a situação financeira da empresa mostra-se perfeitamente equilibrada e saudável, dando nota de que está em condições de solver as suas responsabilidades atuais e futuras sem quaisquer constrangimentos, aqui se incluindo aquelas que derivam dos encargos a suportar com a selagem e monitorização das células já utilizadas ou em vias de utilização e que constituem o aterro sanitário/parque ambiental sob gestão da mesma. A este respeito, notar-se-á que tais encargos mostram-se adequadamente provisionados, em conformidade com as regras que regem as normas de carácter ambiental, bem como com aquelas que regem esta matéria ao nível contabilístico.

8. PERSPETIVAS

8.1 INVESTIMENTOS A REALIZAR

Os investimentos relevantes em perspetiva estão inteiramente relacionados com o impulso ao nível da implementação do projeto candidatado pela empresa ao Portugal 2020, no âmbito do POSEUR, impulso esse que se espera firme no decurso do ano em

curso. Neste contexto, os valores que estão em causa apresentam-se do seguinte modo (sem IVA):

- Ativos Fixos Tangíveis:	3.297.000 €
- Ativos Intangíveis:	150.000 €

8.2 GASTOS E RENDIMENTOS PREVISTOS

Neste domínio, as previsões efetuadas em sede de Plano e Orçamento para 2019 apontam para um valor de Vendas e Prestações de Serviços que deverá rondar os 7.077.000 € (s/IVA), a que deverão corresponder Gastos com o Pessoal e FSE de 323.000 € e 6.388.000 € (s/IVA), respetivamente.

A política de constituição de provisões, ao nível da selagem e monitorização do aterro sanitário, irá ajustar-se à realidade da utilização das células constitutivas do mesmo e respetiva taxa de utilização.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do C.S.C., vem, neste ponto, o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2018.

Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido do Exercício, no valor de 386.683,68 €, seja transferido para Reservas Livres.

A retenção destes resultados na empresa, por via da sua transferência para Reservas Livres, servirá para aumentar a sua capacidade de autofinanciamento, logo, da concretização dos investimentos projetados e acima explicitados.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

10.1 Dando cumprimento ao disposto no Artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, declara-se que não existem dívidas em mora para com a Segurança Social e AT.

Do mesmo modo, não se registam quaisquer débitos em atraso para com os trabalhadores.

10.2 Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b), do nº 5, do Artº 66º do C.S.C., não ocorreram quaisquer fatos que mereçam especial referência.

10.3 Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração, nos termos do artigo 397º do C.S.C. (alínea e) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.4 A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

10.5 No domínio da sua atividade principal, a entidade não corre especiais riscos de preço, considerando a forma como se processa a formação dos mesmos.

O risco de crédito que afeta a empresa é o normal de mercado para empresas com sólida estrutura económica e financeira e sem incidentes conhecidos e/ou registados.

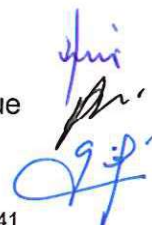
Quanto aos riscos de liquidez e de fluxos de caixa, não se verificam aqui riscos elevados, considerando o facto de os principais clientes da empresa serem os Municípios que integram a área de influência da empresa, os quais, à semelhança de todos os outros, estão sujeitos ao controlo da despesa imposta por lei, na base da Lei dos compromissos (alínea h) do número 5 do artº 66º, do C.S.C.).

11. CONCLUSÃO

Assim, como resulta da leitura do presente Relatório, entendemos que os objetivos fixados para o ano de 2018 foram, na sua generalidade, plenamente alcançados.

O Sistema concluiu o ciclo de infra-estruturas básicas e deverá, no futuro, abrir uma nova etapa necessariamente marcada pela qualidade, nomeadamente com o incremento da recolha seletiva, o tratamento dos resíduos biodegradáveis e a valorização dos rejeitados da UTMB

O Conselho de Administração aproveita a oportunidade para agradecer a todos os que nos apoiaram no desempenho desta missão, nomeadamente:



Às Associações de Municípios;
Aos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais;
A todos os Membros da Assembleia Geral;
Ao Fiscal Único;
Aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia;
A todos os funcionários das Câmaras Municipais, em particular das Divisões de Ambiente;
Aos Operadores de Resíduos; e
Aos trabalhadores da Resíduos do Nordeste.

Resíduos do Nordeste, 29 de março de 2019.

O Presidente do Conselho de Administração,

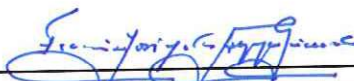


(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,



(Fernando Francisco Teixeira de Barros)



(Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães)

**ANEXO AO
RELATÓRIO DE
GESTÃO ANUAL
RELATIVO AO
EXERCÍCIO DE
2018**

[Handwritten signature]

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018

1. Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se informação relativa às participações detidas pelos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização no capital da empresa à data de 31 de dezembro de 2018:

(valores expressos em euros)

Participações dos membros do órgão de gestão e dos membros do órgão de fiscalização		Ações					Obrigações		
		Membros do órgão de gestão			Membros do órgão de fiscalização	Totais	Membros do órgão de gestão	Membros do órgão de fiscalização	Totais
		Município de Bragança representado por Hernâni Dinis Venâncio Dias	Município de Vila Flor representado por Fernando Francisco Teixeira de Barros	Associação de Municípios do Douro Superior representada por Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães	...		...	...	
Ações e obrigações detidas no final do período	Número de títulos	11 560,00	2 375,00	11 000,00		24 935,00			
	Valor nominal unitário	1,00	1,00	1,00		1,00			
	Valor nominal total	11 560,00	2 375,00	11 000,00		24 935,00			
	Percentagem do capital social	23,12%	4,75%	22,00%		49,87%			
Aquisições no período	Data de aquisição								
	Número de títulos								
	Valor nominal unitário								
	Valor nominal total								
	Percentagem do capital social								
	Valor de aquisição								
Alienações no período	Data da alienação								
	Número de títulos								
	Valor nominal unitário								
	Valor nominal total								
	Percentagem do capital social								
	Valor de aquisição								
Capital social		50 000,00							

As alíneas a), b), c) e d) do n.º 2 do Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais não têm aplicação ao caso, na medida em que os titulares de ações da sociedade não se encontram nas condições aí referidas.

2. Comunica-se que durante o exercício de 2018 não ocorreram quaisquer negócios relacionados com ações representativas do capital da empresa, envolvendo quaisquer membros dos órgãos sociais. Tão pouco foram oneradas quaisquer ações.

3. Participações qualificadas no capital da sociedade:

(valores expressos em euros)

Participações (e transações) qualificadas no capital da sociedade		Acionistas com participações qualificadas				Totais
		Município de Bragança	Município de Macedo de Cavaleiros	Município de Mirandela	Associação de Municípios do Douro Superior	
Ações detidas no começo do período	Número de ações	11 560,00	5 595,00	8 459,00	11 000,00	36 614,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Valor nominal total	11 560,00	5 595,00	8 459,00	11 000,00	36 614,00
	Porcentagem do capital social	23,12%	11,19%	16,92%	22,00%	73,23%
Ações adquiridas no período	Número de ações					
	Valor nominal unitário					
	Valor nominal total					
Ações alienadas no período	Número de ações					
	Valor nominal unitário					
	Valor nominal total					
Ações detidas no fim do período	Número de ações	11 560,00	5 595,00	8 459,00	11 000,00	36 614,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
	Valor nominal total	11 560,00	5 595,00	8 459,00	11 000,00	36 614,00
	Porcentagem do capital social	23,12%	11,19%	16,92%	22,00%	73,23%

Capital social	50 000,00
----------------	-----------

Resíduos do Nordeste, 29 de março de 2019.

O Presidente do Conselho de Administração,

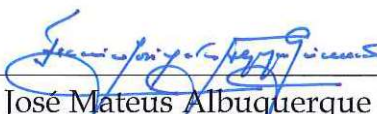


(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,



(Fernando Francisco Teixeira de Barros)



(Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães)

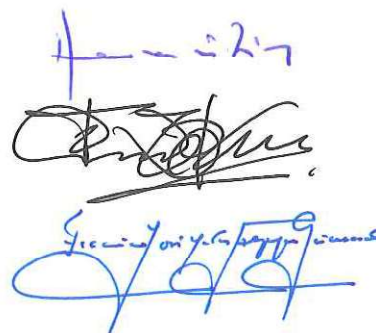
BALANÇO

[Handwritten signature]
9.7

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A. - BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3; 4	13 299 572,27	14 374 653,71
Ativos intangíveis	3; 5	46 702,24	27 870,85
Investimentos financeiros	3; 11; 15	228 142,71	232 228,82
Créditos e outros ativos não correntes	3; 15	126 000,00	
		13 700 417,22	14 634 753,38
Ativo corrente			
Inventários	3; 7	150 759,56	99 412,26
Clientes	3 ; 15	2 232 803,47	2 742 286,08
Estado e outros entes públicos	15	132 193,66	41 938,04
Outros créditos a receber	2; 3; 15	169 439,48	408 302,85
Diferimentos	3; 15	10 024,60	17 657,00
Outros ativos correntes	3; 15	179,45	0,00
Caixa e depósitos bancários	3; 11; 15	4 702 027,38	3 774 395,07
		7 397 427,60	7 083 991,30
Total do ativo		21 097 844,82	21 718 744,68
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	11	52 230,87	52 230,87
Outras reservas	11	3 889 156,33	3 790 023,48
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	10; 11	9 387 413,98	10 174 136,09
Resultado líquido do período		386 683,68	99 132,85
Total do capital próprio		13 765 484,86	14 165 523,29
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9 ; 15	1 773 035,71	1 919 043,88
Financiamentos obtidos	3; 11; 15	758 614,53	859 468,10
Outras dívidas a pagar	3; 11; 15	2 259 377,26	2 467 472,75
		4 791 027,50	5 245 984,73
Passivo corrente			
Fornecedores	3; 15	1 377 722,89	1 408 360,74
Estado e outros entes públicos	15	381 255,07	339 786,90
Financiamentos obtidos	3; 11; 15	100 853,57	97 066,98
Outros passivos correntes	3; 8; 11; 15	681 500,93	462 022,04
		2 541 332,46	2 307 236,66
Total do passivo		7 332 359,96	7 553 221,39
Total do capital próprio e do passivo		21 097 844,82	21 718 744,68

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração


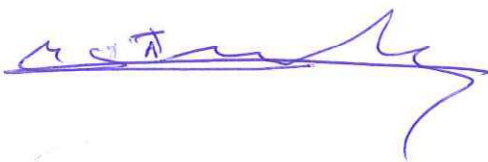
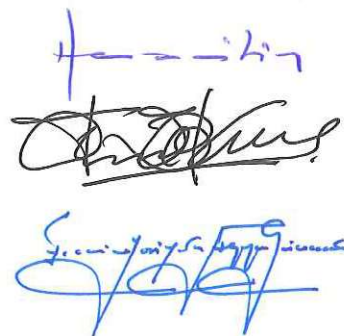
**DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS
POR NATUREZAS**

[Handwritten signature]
9.7

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Rendimentos e Gastos	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	3; 8; 15	7 300 667,80	7 496 853,65
Subsídios à exploração	15	94 991,87	12 716,00
Variação nos inventários da produção	15	51 347,30	-23 888,68
Fornecimentos e serviços externos	14; 15	-6 179 767,28	-6 725 369,61
Gastos com o pessoal	15	-320 648,01	-298 955,59
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2; 3; 8; 11	-362 823,42	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	3; 8; 9	146 008,17	-146 008,17
Aumentos/reduções de justo valor	3; 11	-4 319,44	2 524,41
Outros rendimentos	10; 15	1 157 716,41	1 264 388,05
Outros gastos	8; 15	-222 370,72	-18 847,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 660 802,68	1 563 412,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4; 5	-1 291 503,36	-1 358 123,41
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		369 299,32	205 289,07
Juros e gastos similares suportados	6	-35 403,78	-39 071,66
Resultado antes de impostos		333 895,54	166 217,41
Imposto sobre o rendimento do período	3; 15	52 788,14	-67 084,56
Resultado líquido do período		386 683,68	99 132,85

O Contabilista Certificado N.º 63736**O Conselho de Administração**

**DEMONSTRAÇÃO DOS
FLUXOS DE CAIXA**

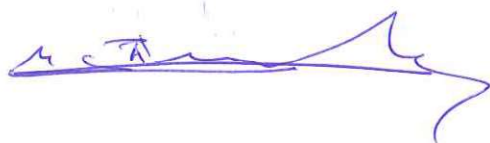
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

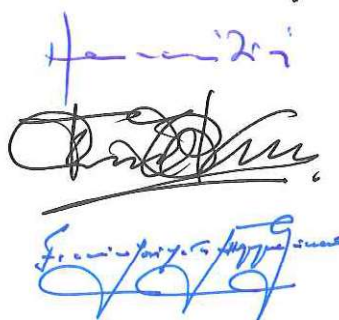
Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 506 136,53 €	8 074 838,63 €
Pagamentos a fornecedores		- 6 569 173,64 €	- 7 018 729,43 €
Pagamentos ao pessoal		- 310 457,94 €	- 309 334,17 €
Caixa gerada pelas operações		1 626 504,95 €	746 775,03 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	15	- 102 362,25 €	7 339,12 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 346 855,59 €	215 221,59 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 177 287,11 €	969 335,74 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	- 209 036,79 €	- 32 191,97 €
Ativos intangíveis	5	- 27 304,70 €	- 18 968,92 €
Investimentos financeiros		- 215,50 €	- 193,41 €
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		119 998,02 €	4 189,11 €
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 116 558,97 €	- 47 165,19 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11; 15	- 97 066,98 €	- 93 422,71 €
Juros e gastos similares		- 36 028,84 €	- 39 673,25 €
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		- 133 095,82 €	- 133 095,96 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		927 632,32 €	789 074,59 €
Efeitos das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	3 774 395,07 €	2 985 320,48 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	4 702 027,38 €	3 774 395,07 €

O Contabilista Certificado N.º 63736



O Conselho de Administração



**DEMONSTRAÇÃO DE
ALTERAÇÕES NO
CAPITAL PRÓPRIO**

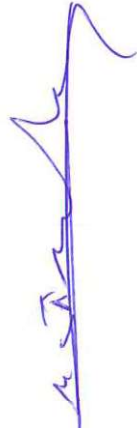
[Handwritten signature]

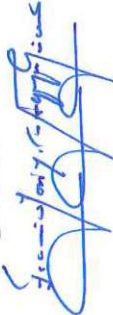
RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.
Demonstração das alterações no capital próprio no período 2018

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa										Interesses que não controlam		Total do Capital Próprio
			Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018		6	50 000,00				52 230,87	3 790 023,48	99 132,85		10 174 136,09		14 165 523,29		14 165 523,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contábilístico															
Alterações de políticas contábilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedentes de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		10; 11									(786 722,11)		(786 722,11)		(786 722,11)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		7									(786 722,11)		(786 722,11)		(786 722,11)
RESULTADO INTEGRAL		8													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		9=7+8													
Realizações de capital															
Realizações de prêmios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações		11						95 132,85	(99 132,85)						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018		10						95 132,85	(99 132,85)						
		11=6+7+8+10	50 000,00				52 230,87	3 885 156,33			9 387 413,98		13 765 484,86		13 765 484,86

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração



RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.
Demonstração das alterações no capital próprio no período 2017

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
			Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017		1	50 000,00					52 230,87	3 645 984,53	144 038,95		11 043 845,41		14 938 099,76	14 938 099,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contábilístico															
Alterações de políticas contábilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedentes de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos		10													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												(869 709,32)		(869 709,32)	(869 709,32)
		2												(869 709,32)	(869 709,32)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		3												99 132,85	99 132,85
RESULTADO INTEGRAL		4=2+3												99 132,85	99 132,85
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														99 132,85	(770 576,47)
Realizações de capital															
Realizações de prêmios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações									144 038,95	(144 038,95)					
		5							144 038,95	(144 038,95)					
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017		6=1+2+3+5	50 000,00					52 230,87	3 790 023,48			10 174 136,09	99 132,85	14 165 523,29	14 165 523,29

O Contabilista Certificado N.º 63736

O Conselho de Administração

ANEXO

[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in blue ink]

ANEXO
(modelo reduzido)

1 - Identificação da entidade:

1.1 – Denominação da entidade.

RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A.

NIPC 505 542 331

1.2 - Lugar da sede social.

Rua Fundação Calouste Gulbenkian

5370 – 340 Mirandela

1.3 - Natureza da atividade.

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. é uma empresa encarregada dos serviços de interesse geral de gestão e tratamento de resíduos urbanos dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, dos municípios que integram a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, e dos municípios que integram a Associação de Municípios do Douro Superior.

A Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. exerce ainda atividades no âmbito das energias renováveis.

A empresa pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica e outras.

Para assegurar a realização do seu objeto, a Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei, designadamente em sistemas multimunicipais.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), constante do Aviso n.º 8257/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo



em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior, com uma única exceção: a rubrica “Outros créditos a receber” do Ativo corrente do Balanço a 31/12/2018 não é diretamente comparável com a mesma rubrica do Balanço a 31/12/2017, pelo facto de a verba de 277.548,63 € (valor a receber de um cliente, mas ainda não faturado) ter sido transferida em 2018 para a rubrica “Clientes” e aí ter sido reconhecida a “Perda por imparidade”, pelo seu valor global. Deste modo, a rubrica “Outros créditos a receber” e os resultados do período de 2018 foram diminuídos por aquele montante.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 - Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-PE em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras, e têm por base o modelo do custo histórico.

b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são medidos pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os dispêndios de reparação e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos intangíveis

[Handwritten signature]
2

Os ativos intangíveis são medidos pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer amortização acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Investimentos financeiros

Os investimentos detidos pela entidade encontram-se medidos pelo seu justo valor, dado pela cotação dos fundos respetivos. Tais investimentos incluem apenas a titularidade de algumas unidades de participação (Up) no Fundo de Investimento “CXG Obrigações” e as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho. A sua detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendida no decurso normal das operações da entidade.

Inventários

Dadas as particulares circunstâncias que estão na origem da formação/obtenção dos inventários de produtos da entidade, tais inventários são valorizados a partir dos respetivos preços de mercado em vigor no final de cada exercício, tendo, também, em conta a evolução de tais preços no período compreendido entre a data a que se reportam as contas e a data da sua preparação. Portanto, é acautelado o valor de recuperação dos inventários, por via da venda respetiva.

Imparidade de ativos

A empresa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica “Perdas por imparidade”.

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade. Ver o ponto 11.6 deste Anexo.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeito da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” é deduzida de eventuais descobertos bancários, os quais são incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, sendo seriados entre passivo corrente e não corrente, em função da sua maturidade.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não pagos à data do balanço são classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

Contas a pagar

As contas a pagar englobam os saldos de fornecedores e outros credores e são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito

A.

O crédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O crédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O crédito reconhecido não inclui IVA nem outros impostos liquidados relacionados com a venda ou prestação de serviços.

Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras resulta não só do imposto corrente, mas também do imposto diferido. O gasto de imposto é registado em resultados.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor vigentes à data do balanço, sendo que o resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e/ou rendimentos que nunca serão tributáveis.

O imposto diferido resulta de diferenças temporárias dedutíveis, as quais têm origem nas provisões para matérias ambientais não aceites fiscalmente, reconhecidas nos anos de 2013 a 2016.

As Declarações fiscais da empresa referentes ao período de 2013 a 2016 já foram revistas pela Autoridade Tributária. Dessa revisão resultou a emissão de diversas liquidações adicionais de IRC, pelo valor total de 151.149,01 €, incluindo juros e custas.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro.

* A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2019. Nestas condições, não têm lugar os riscos associados ao pressuposto da continuidade.

* Nesta altura, correm diversos Processos judiciais em que a entidade é Ré, dela se reclamando importâncias muito significativas e com muito impacto na sua situação financeira. Face ao posicionamento da entidade nessas Ações e às razões que lhe assistem, não é provável que a mesma venha a ser condenada.

Como quer que seja, foi já encetado um processo negocial com a Autora das referidas Ações destinado a pôr termo às mesmas, sendo certo que os valores pecuniários envolvidos em tal processo negocial e colocados em cima da respetiva mesa encontram-se já refletidos nas Contas. Existe a expectativa que esse processo negocial chegue ao fim com êxito.

De todo o modo, deve dizer-se que a convicção quanto à ausência de condenação em tais Ações e/ou que o referido processo negocial venha a resultar pela positiva é um pressuposto importante assumido nestas contas, pelo que se entende estarmos perante uma mera contingência, razão pela qual não foram constituídas Provisões pela globalidade dos valores reclamados para atender ao risco subjacente, muito embora, a este respeito e por uma questão de prudência, tenha sido contabilizada no passivo da empresa, já em anos anteriores, a verba tida por razoável e necessária para atender a um

eventual risco de condenação ou para atender às responsabilidades financeiras decorrentes do desfecho de um processo negocial terminado com êxito.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

* Ao tratar apenas como contingências as responsabilidades que para a entidade podem advir em resultado da conclusão dos Processos Judiciais que contra ela correm, com exceção da verba reconhecida no seu Passivo e mencionada na alínea anterior, a entidade reconhece que está a fazer estimativas que envolvem algum grau de risco ou incerteza. No entanto, está convicta de que as suas estimativas são as melhores possíveis nas circunstâncias e corresponderão à realidade do que se vai passar.

* A entidade entende que as todas as estimativas, metodologia e posições que assumiu com incidência contabilística e fiscal no domínio do processo de selagem e monitorização das áreas já utilizadas e em utilização para a deposição dos resíduos em aterro, estão em sintonia com as regras fiscais ínsitas no Código do IRC.

Contudo, tendo em conta a magnitude dos valores envolvidos, qualquer posição contrária que a AT venha a assumir relativamente ao posicionamento e estimativas assumidas pela entidade e que venha a obter vencimento, terá um impacto de relevo nas contas da mesma.

Estão aqui em causa, sobretudo, considerações respeitantes à duração do período de vida útil das células em uso do aterro sanitário e ao *timing* do início do encerramento da exploração das referidas células.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não foi alterada qualquer política contabilística no contexto do período de 2018.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Uma das alterações nas estimativas contabilísticas é a já referida no ponto 2.3, em que a entidade reconheceu a imparidade num crédito com mais de 24 meses sobre um cliente. A outra alteração resultou da decisão da AT em não aceitar fiscalmente as provisões para matérias ambientais reconhecidas entre 2013 e 2016, pelo que se registaram, em 2018, ativos por impostos diferidos no montante de 126.000 €. Pelo facto de não se prever a execução da selagem e monitorização do aterro sanitário no prazo de um ano, o que se traduziria na utilização das provisões constituídas, este ativo consta do ativo não corrente do balanço a 31/12/2018.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros materiais praticados em períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis		6-20 anos	1-20 anos	4-10 anos	1-8 anos		4 anos
Taxas de depreciação		5-16,67%	5-100%	10-25%	12,5-100%		25,00%
Métodos de depreciação		Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta		Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

[Handwritten signature]

A

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis			Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Totais		
Em 01/01/2017	Quantias brutas escrituradas		112 074,37	8 259 305,66	14 077 292,08	73 921,02	52 951,64		162 637,00	5 000,00		22 743 181,77		
	Depreciações acumuladas			(2 159 944,24)	(4 742 115,39)	(58 602,12)	(52 692,68)		(162 637,00)			(7 176 191,43)		
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas		112 074,37	6 099 361,42	9 335 176,69	15 118,90	258,96			5 000,00		15 566 990,34		
Movimentos do período 2017	Adições	Aquisições em 1º mês	5 850,00		5 810,00	143 792,68	1 304,56					150 916,24		
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais												
		Outras aquisições												
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção												
		Trabalhos para a própria entidade												
		Outras												
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização												
		Decréscimos por revalorização												
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso												
		De/para ativos não correntes detidos para venda												
		Outras												
	Diminuições	Alienações												
		Abates												
		Outras												
	Depreciações	Aumentos de depreciações				(397 439,17)	(949 839,57)	(10 341,28)	(1 482,85)					(1 349 102,87)
		Reversões de depreciações												
		Diminuições por alienações e abates												
		Perdas por imparidade			Aumentos de perdas por imparidade									
		Reversões de perdas por imparidade												
Em 31/12/2017 (01/01/2018)	Quantias brutas escrituradas		117 924,37	8 259 305,66	14 083 111,03	217 713,70	54 256,20		162 637,00	5 000,00		22 899 948,01		
	Depreciações acumuladas			(2 547 383,41)	(5 691 954,96)	(69 143,40)	(54 175,53)		(162 637,00)			(8 525 294,30)		
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas		117 924,37	5 711 922,25	8 391 156,12	148 570,30	80,67			5 000,00		14 374 653,71		
Movimentos do período 2018	Adições	Aquisições em 1º mês			6 766,46	192 750,00	1 872,02					201 403,48		
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais												
		Outras aquisições			6 540,13							6 540,13		
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção												
		Trabalhos para a própria entidade												
		Outras												
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização												
		Decréscimos por revalorização												
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso												
		De/para ativos não correntes detidos para venda												
		Outras												
	Diminuições	Alienações												
		Abates												
		Outras												
	Depreciações	Aumentos de depreciações				(377 412,66)	(877 501,99)	(26 162,63)	(1 952,57)					(1 283 030,05)
		Reversões de depreciações												
		Diminuições por alienações e abates												
		Perdas por imparidade			Aumentos de perdas por imparidade									
		Reversões de perdas por imparidade												
Em 31/12/2018	Quantias brutas escrituradas		117 924,37	8 259 305,66	14 096 437,67	410 463,70	56 128,22		162 637,00	5 000,00		23 107 896,62		
	Depreciações acumuladas			(2 924 799,27)	(6 569 458,95)	(65 306,03)	(56 128,10)		(162 637,00)			(9 808 324,35)		
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas		117 924,37	5 334 506,39	7 526 980,72	315 157,67	0,12			5 000,00		13 299 572,27		

5 - Ativos intangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida.

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Goodwill	Projetos de desenvolvimento		Programas de computador		Propriedade industrial		Outros ativos intangíveis	
			Gerados internamente	Outros	Gerados internamente	Outros	Gerados internamente	Outros	Gerados internamente	Outros
Indefinidas	Razões e fatores justificativos									
Finitas	Vidas úteis					3 anos		5 anos		
	Taxas de amortização					33,33%		20,00%		
	Métodos de amortização					Linha reta		Linha reta		
	Período de amortização restante					-		1 ano		

A entidade tem escriturada a quantia de 18.968,92 € relativa a ativos intangíveis em curso, desde 2017. Este montante está relacionado com taxas pagas no âmbito do processo em curso de licenciamento do Parque Ambiental situado em Urjais, com vista à obtenção do Título Único Ambiental, pelo que não é ainda devida qualquer amortização no período de 2018. Trata-se de um ativo intangível que terá vida útil indefinida pelo facto de esta licença vir a permitir a utilização do aterro sem qualquer restrição, no que ao horizonte temporal diz respeito, nem necessidade de emissão de nova licença ou renovação da que vier a ser emitida pelo organismo competente (Agência Portuguesa do Ambiente).

Além daquele montante, a entidade reconheceu, em 2018, ainda 27.304,70 € em ativos intangíveis em curso, os quais são relativos ao processo de renovação das licenças dos ecocentros e estações de transferência, processo esse que apenas ficará concluído em 2019.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil indefinida		Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso			Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Totais
							Gerados internamente	Outros	Total		
Em 01/01/2017	Quantias brutas escrituradas										
	Amortizações acumuladas										
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas										
Movimentos do período 2017	Adições	Aquisições em 1ª mão						18 968,92	18 968,92		18 968,92
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais									
		Outras aquisições									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Quantias brutas escrituradas							18 968,92	18 968,92		18 968,92
Em 31/12/2017 (01/01/2018)	Amortizações acumuladas										
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas							18 968,92	18 968,92		18 968,92
	Quantias brutas escrituradas										
Movimentos do período 2018	Adições	Aquisições em 1ª mão									
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais									
		Outras aquisições									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Quantias brutas escrituradas							18 968,92	18 968,92		18 968,92
Em 31/12/2018	Amortizações acumuladas										
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas							18 968,92	18 968,92		18 968,92
	Quantias brutas escrituradas										

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita			Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador			Propriedade industrial			Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso			Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Totais
					Gerados internamente	Outros	Total	Gerados internamente	Outros	Total		Gerados internamente	Outros	Total		
Em 01/01/2019	Quantias brutas escrituradas				5 850,06	5 850,06		82 205,56	82 205,56						63 055,62	
	Amortizações acumuladas				(5 523,54)	(5 523,54)		(64 609,61)	(64 609,61)						(70 133,15)	
	Perdas por imparidade acumuladas															
	Quantias líquidas escrituradas				326,52	326,52		17 595,95	17 595,95						17 922,47	
Movimentos do período 2019	Adições	Aquisições em mão														
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais														
		Outras aquisições														
		Trabalhos para a própria entidade														
		Outras														
	Amortizações	Aumentos de amortizações			(163,01)	(163,01)		(8 857,53)	(8 857,53)						(9 020,54)	
		Reversões de amortizações														
		Diminuições por alienações e abates														
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade														
		Reversões de perdas por imparidade														
Em 31/12/2019 (01/01/2020)	Quantias brutas escrituradas				5 850,06	5 850,06		82 205,56	82 205,56						63 055,62	
	Amortizações acumuladas				(5 686,55)	(5 686,55)		(73 457,14)	(73 457,14)						(79 153,69)	
	Perdas por imparidade acumuladas															
	Quantias líquidas escrituradas				163,51	163,51		8 738,42	8 738,42						8 901,93	
Movimentos do período 2020	Adições	Aquisições em mão										27 304,70	27 304,70		27 304,70	
		Aquisições através de concentrações de atividades empresariais														
		Outras aquisições														
		Trabalhos para a própria entidade														
		Outras														
	Amortizações	Aumentos de amortizações			(163,51)	(163,51)		(8 309,80)	(8 309,80)						(8 473,31)	
		Reversões de amortizações														
		Diminuições por alienações e abates														
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade														
		Reversões de perdas por imparidade														
Em 31/12/2020	Quantias brutas escrituradas				5 850,06	5 850,06		82 205,56	82 205,56			27 304,70	27 304,70		115 350,32	
	Amortizações acumuladas				(5 686,06)	(5 686,06)		(81 776,94)	(81 776,94)						(87 627,00)	
	Perdas por imparidade acumuladas															
	Quantias líquidas escrituradas							428,62	428,62			27 304,70	27 304,70		27 733,32	

6 - Custos de empréstimos obtidos:

Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

O empréstimo obtido não está relacionado com Ativos qualificáveis. Nestas condições, os custos decorrentes de tal empréstimo são, de imediato, reconhecidos como gastos do período.

7 - Inventários:

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Regra geral	Custo					
		Valor realizável líquido				✓	
	Corretores e negociantes	Justo valor menos os custos de vender					
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra					
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais					
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição					
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes					
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
		Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
		Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
	Outros custos	Gastos gerais que não respeitam à produção					
		Custos de conceção de produtos para clientes específicos					
		Custos de empréstimos obtidos					
		Dedução de gastos de juros associados às aquisições com condições de liquidação diferida					
Técnicas de mensuração do custo	Tratamento específico pelos respetivos custos de compra (aquisição) ou de conversão (produção) individuais					✓	
	Custos padrão regularmente revistos						
	Dedução do valor de venda na percentagem da margem bruta (método de retalho)						
	Justo valor dos produtos colhidos dos ativos biológicos da entidade, deduzidos dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita						
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)					✓	
	Custeio médio ponderado						
Sistema de inventário	Inventário intermitente						
	Inventário permanente					✓	

A entidade possui um sistema de controlo que lhe permite conhecer em permanência as quantidades de inventários em armazém. A valorização dessas quantidades é feita a partir do valor de realização das mesmas à data, em virtude de não ser possível conhecer o custo da sua obtenção.

7.2 - *Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.*

AK

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários			Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção				Totais
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Subtotais	
31.12.2016	Inventários armazenados na empresa					150 759,56		150 759,56	150 759,56	
	Inventários que se encontram fora da empresa	Em trânsito								
		Em poder de terceiros								
		Totais								
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado									
	Perdas por imparidade									
Totais						150 759,56		150 759,56	150 759,56	
31.12.2017	Inventários armazenados na empresa					99 412,26		99 412,26	99 412,26	
	Inventários que se encontram fora da empresa	Em trânsito								
		Em poder de terceiros								
		Totais								
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado									
	Perdas por imparidade									
Totais						99 412,26		99 412,26	99 412,26	

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses.

8 - Rendimentos e gastos:

8.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito com base nos valores faturados aos clientes, decorrentes de tais serviços. A faturação dos serviços ou tem lugar imediatamente após a consumação da respetiva prestação, ou, quando de carácter continuado, no último dia do mês a que diz respeito.

O rédito ligado à venda de subprodutos é reconhecido no momento em que o cliente assume a posse dos mesmos, coincidindo essa tomada de posse, regra geral, com a data de emissão da fatura.

Os restantes réditos são reconhecidos imediatamente após o recebimento respetivo ou quando se constitui o direito à sua perceção, conforme as situações em concreto.

8.2 - Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Os gastos de natureza excecional são os seguintes:

- Perdas por imparidade em créditos sobre um cliente no valor total de 362.823,42 €, dos quais 85.274,79 € resultam de faturação emitida em 2016, sendo que os restantes 277.548,63 € (já mencionados no ponto 2.3 deste Anexo) não foram ainda objeto de faturação, mas resultam de serviços também prestados em 2016;

Handwritten signature and initials.

- A indemnização devida a um fornecedor, decorrente de um pedido de impugnação do programa de concurso, caderno de encargos e outros, pelo montante de 44.240,40 €, decretada pelo Tribunal no início de janeiro do ano já em curso, estando a rubrica “Outros gastos” afetada pelo registo desta verba;

- As liquidações adicionais de IRC já mencionadas na alínea b) do ponto 3.1 deste Anexo, pelo valor global de 151.149,01 €, as quais também afetaram a rubrica “Outros gastos”.

Os rendimentos de natureza excecional estão relacionados com este último gasto. Na medida em que em 2017 foram reconhecidas provisões para processos judiciais em curso, cujo montante ascendeu a 146.008,17 €, em 2018, com a consumação dos pagamentos assinalados, procedeu-se à reversão daquelas provisões, pelos mesmos 146.008,17 €, tal como ilustrado no ponto seguinte (9.1).

9 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

9.1 - Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período, que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

(valores expressos em euros)

Provisões		Impostos	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Acidentes de trabalho e doenças profissionais	Matérias ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2017						1 773 035,71				1 773 035,71
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores			146 008,17						146 008,17
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									
	Quantias revertidas no período									
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2017 (01.01.2018)				146 008,17		1 773 035,71				1 919 043,88
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores			(146 008,17)						(146 008,17)
	Por novas provisões									
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas									
	Quantias revertidas no período									
Variações decorrentes do desconto para o valor presente	Aumentos nas quantias descontadas provenientes da passagem do tempo									
	Efeito de alterações na taxa de desconto para o valor presente									
Acumuladas em 31.12.2018						1 773 035,71				1 773 035,71

9.2 - Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço

A entidade defronta-se com alguns Processos Judiciais interpostos por dois fornecedores, cujo desfecho é uma contingência.

É convicção da entidade que não irá suportar quaisquer encargos resultantes de tais Processos, considerando as razões que lhe assistem. Por este facto, não foram constituídas Provisões para os Processos Judiciais em curso aqui em apreço, assumindo-se apenas como contingências de natureza passiva.

Como quer que seja, estão aqui em causa reivindicações que ascendem a 2.369.603,55 €, quase todas relacionadas com a exigência do pagamento de indemnização pelo incumprimento de contrato e de juros pelo atraso no pagamento de faturas - juros de mora - e, acessoriamente, com o pagamento de faturas relativas a “serviços prestados”. Tal como mencionado na alínea c) do ponto 3.1, a este respeito e por uma questão de prudência, o passivo da entidade reflete a verba tida por razoável para atender ao risco de uma eventual condenação, a qual, para já, não se descortina, e/ou para atender a um desfecho positivo do processo negocial em curso destinado a pôr fim aos diferendos, sendo certa que tal verba é inferior ao valor total reclamado e acima mencionado.

9.3 - Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

Nesta data nada há a relatar com segurança, a propósito de ativos contingentes.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos no capital próprio.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial 2017	Débitos	Créditos	Saldo final 2017 (Saldo inicial 2018)	Débitos	Créditos	Saldo final 2018
Outras variações no capital próprio	11 043 845,41	(1 237 249,22)	367 539,90	10 174 136,09	(1 171 081,25)	384 359,14	9 387 413,98
Subsídios	11 043 845,41	(1 237 249,22)	367 539,90	10 174 136,09	(1 171 081,25)	384 359,14	9 387 413,98
Doações							
Outras							

As diminuições (débitos) registados durante os períodos de 2017 e 2018 correspondem:

- À imputação dos subsídios recebidos a rendimentos do exercício, na proporção das depreciações efetuadas no próprio exercício relativas aos ativos financiados (1.213.584,94 € em 2017 e 1.140.669,36 € em 2018);
- Aos ajustamentos em subsídios relacionados com o imposto sobre o rendimento (IRC) que será devido em períodos futuros decorrente do reconhecimento de novos subsídios (23.664,28 € em 2017 e 30.411,89 € em 2018).

Por sua vez, os aumentos (créditos) verificados nos dois períodos decorrem:

- Do reconhecimento de novos subsídios ao investimento (112.687,06 € em 2017 e 144.818,58 € em 2018);
- Do ajustamento do valor do imposto sobre o rendimento a pagar em exercícios futuros associado ao valor deste tipo de subsídios ainda não transferido para rendimentos (254.852,84 € em 2017 e 239.540,56 € em 2018).

11 - Instrumentos financeiros:

A.

11.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e
- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro/passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

11.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) Cotação de mercado; e

b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração dos resultados e alterações de justo valor inscritas no capital próprio, para cada categoria de instrumentos financeiros.

A.
9/3/

Handwritten mark

(valores expressos em euros)

Bases de determinação do justo valor dos ativos financeiros e dos passivos financeiros mensurados ao justo valor			31.12.2018			31.12.2017						
			Bases de mensuração		Quantias escrituradas	Bases de mensuração		Quantias escrituradas				
			Cotações de mercado	Técnicas de avaliação		Cotações de mercado	Técnicas de avaliação					
Ativos financeiros	Ativos financeiros detidos para negociação	...	4,40		227 704,21	4,49		232 023,65				
	Subtotais											
	Outros ativos financeiros	Fundos - CXG Rend.							1,00	438,50	1,00	205,17
	FCT											
	Subtotais	232 228,82										
Totais					228 142,71		232 228,82					
Passivos financeiros	Passivos financeiros detidos para negociação	...										
	Subtotais											
	Outros passivos financeiros	...										
	Subtotais											
	Totais											

As alterações no justo valor dos ativos financeiros foram reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados, tendo o valor ascendido, em 2017, a 2.524,41 €, positivo e, em 2018, a 4.319,44 €, negativo.

11.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Capital subscrito	50 000,00			50 000,00
Ações (quotas) próprias				
Valor nominal				
Descontos e prémios				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas	3 842 254,35		99 132,85	3 941 387,20
Reservas legais	52 230,87			52 230,87
Outras reservas	3 790 023,48		99 132,85	3 889 156,33
Resultados transitados				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros excedentes				
Outras variações no capital próprio	10 174 136,09	(1 171 081,25)	384 359,14	9 387 413,98
Subsídios	10 174 136,09	(1 171 081,25)	384 359,14	9 387 413,98
Doações				
Outras				

11.4 – Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Handwritten signature and initials

A entidade tem prestadas as seguintes garantias:

- Depósito bancário a prazo não mobilizável, cujo montante ascende, em 31/12/2018, a 84.292,52 €, como caução da garantia bancária prestada, associada à provisão de caráter ambiental;
- Depósitos bancários a prazo não mobilizáveis, cujo montante ascende, em 31/12/2018, a 184.769,52 €, como caução da garantia bancária prestada, associada à correção ao lucro tributável dos períodos de 2013 a 2016 efetuada pela AT. Com o pagamento das liquidações adicionais de IRC já consumado, nos últimos dias do ano de 2018, esta caução deixará de ser exigida;
- Consignação de receitas provenientes da venda de energia, mais concretamente de biogás, no caso de incumprimento associado ao financiamento bancário em aberto.

11.5 – Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos;

(valores expressos em euros)

Passivos financeiros com duração residual superior a 5 anos	31.12.2018				31.12.2017			
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais
Financiamentos obtidos	100 853,57	444 322,20	314 292,33	859 468,10	97 066,98	427 639,97	431 828,13	956 535,08
Outros passivos correntes / Outras dívidas a pagar	681 500,93	925 334,42	1 334 042,84	2 940 878,19	462 022,04	922 735,63	1 544 737,12	2 929 494,79
Totais	2 160 077,39	1 369 656,62	1 648 335,17	5 178 069,18	1 967 449,76	1 350 375,60	1 976 565,25	5 294 390,61

A entidade tem apenas contraído e em aberto um financiamento bancário, com prazo de amortização até abril de 2026.

No que se refere aos “Outros passivos correntes / Outras dívidas a pagar”, o valor a pagar a longo prazo refere-se exclusivamente ao imposto sobre o rendimento associado ao valor dos subsídios ao investimento ainda não transferido para rendimentos.

11.6 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Os únicos ajustamentos de valor reconhecidos nos períodos de 2018 e 2017 para instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor são as perdas por imparidade reconhecidas em 2018 sobre créditos detidos sobre um cliente, pelo valor total de 362.823,42 €.

11.7 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) Dívidas a instituições de crédito;

b) Outras dívidas.

As dívidas da entidade com duração residual superior a um ano são as constantes no quadro apresentado no ponto 11.5, decorrentes do financiamento bancário e do IRC associado ao valor dos subsídios ao investimento ainda não transferido para rendimentos.

12 – Benefícios dos empregados:

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras:

(valores expressos em euros)

Recursos humanos	Período 2018	Período 2017
Número de trabalhadores no final do período	11	9
Número médio de trabalhadores ao longo do período	10	11

13 - Acontecimentos após a data do balanço:

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração dos resultados nem no balanço.

Além da decisão mencionada no ponto 8.2, traduzida na necessidade de indemnizar um fornecedor na quantia de 44.240,40 €, e a qual está já refletida na demonstração dos resultados e no balanço de 2018, nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

14 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

14.1 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2018			Período 2017		
	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	5 000,00		5 000,00	5 000,00		5 000,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	5 000,00		5 000,00	5 000,00		5 000,00

14.2 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

À data de 31/12/2018 não existem quaisquer dívidas à AT, Segurança Social e/ou trabalhadores em situação de mora.

15 – Outras divulgações:

15.1 - Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada.

O capital da entidade é detido pelos Municípios que compõem as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT), da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT) e pela Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS).

No exercício da sua atividade corrente/normal, a Resíduos do Nordeste presta serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos aos municípios que integram aquelas Associações de Municípios, os quais representam boa parte de tal atividade.

(valores expressos em euros)

Entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade			NF das entidades participantes	Sede social das entidades participantes	Participações das entidades participantes no capital social da entidade		Percentagem dos direitos de voto da entidade detidos pelas entidades participantes	Datas de início das participações no capital social da entidade
					Valor	Percentagem		
Período 2018	Participantes diretas	Município de Alfândega da Fé	506647498	Portugal	1 810,00	3,62%	3,62%	2017
		Município de Bragança	506215547	Portugal	11 560,00	23,12%	23,12%	2017
		Município de Carrazeda de Ansiães	506666018	Portugal	2 261,00	4,52%	4,52%	2017
		Município de Macedo de Cavaleiros	506697339	Portugal	5 595,00	11,19%	11,19%	2017
		Município de Miranda do Douro	506806898	Portugal	2 447,00	4,89%	4,89%	2017
		Município de Mirandela	506881784	Portugal	8 459,00	16,92%	16,92%	2017
		Município de Vila Flor	506696464	Portugal	2 375,00	4,75%	4,75%	2017
		Município de Vinhais	506627888	Portugal	1 527,00	3,05%	3,05%	2017
		Município de Vinhais	501156003	Portugal	2 966,00	5,93%	5,93%	2017
		Associação de Municípios do Douro Superior	503518689	Portugal	11 000,00	22,00%	22,00%	2017
		Totais			50 000,00	100,00%	100,00%	
	Participantes indiretas	...						
Período 2017	Participantes diretas	Município de Alfândega da Fé	506647498	Portugal	1 810,00	3,62%	3,62%	2017
		Município de Bragança	506215547	Portugal	11 560,00	23,12%	23,12%	2017
		Município de Carrazeda de Ansiães	506666018	Portugal	2 261,00	4,52%	4,52%	2017
		Município de Macedo de Cavaleiros	506697339	Portugal	5 595,00	11,19%	11,19%	2017
		Município de Miranda do Douro	506806898	Portugal	2 447,00	4,89%	4,89%	2017
		Município de Mirandela	506881784	Portugal	8 459,00	16,92%	16,92%	2017
		Município de Vila Flor	506696464	Portugal	2 375,00	4,75%	4,75%	2017
		Município de Vinhais	506627888	Portugal	1 527,00	3,05%	3,05%	2017
		Município de Vinhais	501156003	Portugal	2 966,00	5,93%	5,93%	2017
		Associação de Municípios do Douro Superior	503518689	Portugal	11 000,00	22,00%	22,00%	2017
		Totais			50 000,00	100,00%	100,00%	
	Participantes indiretas	...						
	Totais							

No ano de 2018, a Resíduos do Nordeste prestou serviços à Associação de Municípios e aos Municípios acima referidos, totalmente faturados nesse ano, no valor de 6.516.861,40 € (IVA incluído à taxa de 6%). Já em 2017, tal valor tinha ascendido a 6.552.258,76 € (IVA incluído à taxa de 6%).

Para além da faturação associada às prestações de serviços, a Resíduos do Nordeste debitou juros àquelas entidades pela mora no pagamento dos seus débitos, em

conformidade com o deliberado pelo seu Conselho de Administração e Assembleia Geral. Em 2018, o valor global desse débito ascendeu a 6.452,51 €, enquanto em 2017 foi de 12.526,05 €;

No final de 2018, o valor total do crédito da Resíduos do Nordeste sobre aquela Associação de Municípios, Municípios, bem como sobre a AMTQT ascendia a 1.801.952,11 €, o qual se relaciona com as prestações de serviços e juros debitados. Já em 2017 este valor era de 2.144.200,73 €.

Os saldos em aberto correspondentes à AMTQT respeitam aos períodos em que a faturação inerente às prestações de serviços lhe era dirigida diretamente, em vez de o ser aos Municípios que a integram.

Sobre o valor dos créditos detidos pela Resíduos do Nordeste correspondente às partes relacionadas não foi reconhecida qualquer perda por imparidade, na medida em que se considera não estar presente qualquer risco de cobrabilidade.

15.2 - Matérias ambientais:

a) *Informações pormenorizadas sobre as provisões de carácter ambiental; e*

b) *Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, que estejam incluídos em cada uma das rubricas do balanço.*

As provisões de carácter ambiental reconhecidas no balanço da entidade respeitam aos dispêndios que se estima venham a ser efetuados com a selagem e monitorização do aterro sanitário.

A estimativa efetuada tem por base a área a selar, bem como a vida útil das diferentes células a selar, a qual se relaciona com o ritmo de deposição de RSU. A este respeito, foi, em tempo oportuno, efetuado o estudo prospetivo referente à selagem a realizar no futuro, com base no qual é feita, ano a ano, a Provisão respetiva. Na medida em que os custos estimados já foram integralmente provisionados até ao período de 2016, em 2017 e 2018 não se procedeu ao registo de nova provisão.

Os passivos de carácter ambiental reconhecidos no balanço são os constantes do quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Passivos de carácter ambiental		31.12.2018	31.12.2017
Passivos não correntes	Provisões	1 773 035,71	1 773 035,71
	...		
	Subtotais	1 773 035,71	1 773 035,71
Passivos correntes	...		
	Subtotais		
Totais		1 773 035,71	1 773 035,71

Tal como já mencionado no ponto 3.3, de referir que há provisões que não foram fiscalmente aceites pela AT, no montante global de 600.000 €, o que deu origem ao reconhecimento, em 2018, de ativos por impostos diferidos de 126.000 €.

15.3 - Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

a) Informação relativa a ativos e passivos financeiros.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros			Período 2018						Período 2017						
			31.12.2018					Quantias escrituradas no reconhecimento inicial	31.12.2017					Quantias escrituradas no reconhecimento inicial	
			Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros				Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros								
			Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas		Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas		
Ativos financeiros	Clientes	Conta corrente			2 672 015,30	(439 211,83)	2 232 803,47	2 672 015,30				2 818 674,49	(76 388,41)	2 742 266,08	2 818 674,49
		...													
		Subtotais			2 672 015,30	(439 211,83)	2 232 803,47	2 672 015,30			2 818 674,49	(76 388,41)	2 742 266,08	2 818 674,49	
	Outros créditos a receber	Outros devedores			169 439,48		169 439,48	169 439,48			121 213,95		121 213,95	121 213,95	
		Dev. por acrésc. rend.									287 088,90		287 088,90	287 088,90	
		Subtotais			169 439,48		169 439,48	169 439,48			408 302,85		408 302,85	408 302,85	
	Outros ativos correntes	Inv. Financeiros	228 142,71				228 142,71	267 505,46	232 228,82				232 228,82	267 505,46	
		Débitos de fornec.			179,45		179,45	179,45							
		Subtotais	228 142,71		179,45		228 322,16	267 684,91	232 228,82				232 228,82	267 505,46	
	Caixa e depósitos bancários	Caixa			491,00		491,00	491,00			554,62		554,62	554,62	
		Depósitos à ordem			2 332 474,34		2 332 474,34	2 332 474,34			1 541 871,75		1 541 871,75	1 541 871,75	
		Outros depósitos bancários			2 369 062,04		2 369 062,04	2 369 062,04			2 231 968,70		2 231 968,70	2 231 968,70	
		Subtotais			4 702 027,38		4 702 027,38	4 702 027,38			3 774 395,07		3 774 395,07	3 774 395,07	
Totais		228 142,71		7 543 661,61	(439 211,83)	7 332 592,49	7 811 167,07	232 228,82		7 001 372,41	(76 388,41)	7 157 212,82	7 268 877,87		
Passivos financeiros	Fornecedores	Conta corrente			1 377 722,89		1 377 722,89	1 377 722,89			1 408 360,74		1 408 360,74	1 408 360,74	
		...													
		Subtotais			1 377 722,89		1 377 722,89	1 377 722,89			1 408 360,74		1 408 360,74	1 408 360,74	
	Financiamentos obtidos	Empréstimos bancários			859 468,10		859 468,10	859 468,10			956 535,08		956 535,08	956 535,08	
		...													
		Subtotais			859 468,10		859 468,10	859 468,10			956 535,08		956 535,08	956 535,08	
	Outros passivos correntes	Fornec. investimentos			207 096,65		207 096,65	207 096,65			160 356,65		160 356,65	160 356,65	
		Cred. por acrésc. gastos			238 393,03		238 393,03	238 393,03			64 620,96		64 620,96	64 620,96	
		Outros credores			2 495 388,51		2 495 388,51	2 495 388,51			2 704 517,18		2 704 517,18	2 704 517,18	
		Subtotais			2 940 878,19		2 940 878,19	2 940 878,19			2 929 494,79		2 929 494,79	2 929 494,79	
Totais				5 178 069,18		5 178 069,18	5 178 069,18			5 294 390,61		5 294 390,61	5 294 390,61		

b) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos.

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos			Período 2018	Período 2017
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Vendas de subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		277 548,63
		Correção faturação em excesso fornecedor		9 540,27
		Totais		287 088,90
	Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	42 983,66	36 754,24
		Juros a liquidar	5 534,52	6 159,58
		Exploração ETAL	16 208,26	16 208,26
		Condomínio	4 935,18	5 493,88
		Eleticidade	2 611,78	
		Consultoria jurídica	3 088,02	
		Outros trabalhos especializados	9 500,00	
		Indemnização a fornecedor	44 240,40	
		Subcontratos	107 356,79	
		Outros acréscimos de gastos	1 936,22	
		Totais	238 393,03	64 620,96
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	8 945,75	16 003,79
		Outros gastos a reconhecer	1 078,85	1 653,21
		Totais	10 024,60	17 657,00
	Rendimentos a reconhecer	...		
		Totais		

c) Detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos".

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»		31.12.2018			31.12.2017		
		Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	Pagamentos por conta	61 326,00		61 326,00	25 632,00		25 632,00
	Pagamentos especiais por conta						
	Pagamentos adicionais por conta						
	Retenções na fonte de terceiros	263,26		263,26	416,31		416,31
	Imposto estimado		(73 211,86)	(73 211,86)		(67 084,56)	(67 084,56)
	Outras componentes						
Totais		61 589,26	(73 211,86)	(11 622,60)	26 048,31	(67 084,56)	(41 036,25)
Retenção de impostos sobre rendimentos			(4 838,46)	(4 838,46)		(2 470,51)	(2 470,51)
Imposto sobre o valor acrescentado		132 193,66		132 193,66	41 938,04		41 938,04
Outros impostos			(357 769,35)	(357 769,35)		(291 954,45)	(291 954,45)
Contribuições para a Segurança Social			(7 024,66)	(7 024,66)		(4 325,69)	(4 325,69)
Tributos das autarquias locais							
Outras tributações							
Totais		193 782,92	(442 844,33)	(249 061,41)	67 986,35	(365 835,21)	(297 848,86)

d) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários".

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos			Período 2018				Período 2017			
			Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período
				Débitos	Créditos			Débitos	Créditos	
Caixa	Numerário	554,62	11 721,05	(11 784,67)	491,00	682,72	14 667,55	(14 795,65)	554,62	
	...									
	Subtotal's	554,62	11 721,05	(11 784,67)	491,00	682,72	14 667,55	(14 795,65)	554,62	
Depósitos à ordem	D. O.	1 541 871,75	8 874 296,17	(8 083 693,58)	2 332 474,34	2 900 409,46	8 587 114,64	(9 945 652,35)	1 541 871,75	
	...									
	Subtotal's	1 541 871,75	8 874 296,17	(8 083 693,58)	2 332 474,34	2 900 409,46	8 587 114,64	(9 945 652,35)	1 541 871,75	
Outros depósitos bancários	Dep. Prazo	2 231 968,70	137 093,34		2 369 062,04	84 228,30	2 147 740,40		2 231 968,70	
	...									
	Subtotal's	2 231 968,70	137 093,34		2 369 062,04	84 228,30	2 147 740,40		2 231 968,70	
Outros equivalentes de caixa	...									
	Subtotal's									
Totais		3 774 395,07	9 023 110,56	(8 095 478,25)	4 702 027,38	2 985 320,48	10 749 522,59	(9 960 448,00)	3 774 395,07	
Outras informações	Depósitos bancários no exterior									
	Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso		131 968,70	137 093,34		269 062,04	84 228,30	47 740,40	131 968,70	
	Recebimentos provenientes de	Indemnizações de seguros não vida								
		Subsídios à exploração		71 586,90						

Como já assinalado no ponto 11.4, as quantias não disponíveis para uso respeitam a aplicações bancárias a prazo tituladas pela entidade, as quais se encontram a caucionar garantias bancárias prestadas, associadas às provisões de carácter ambiental (84.292,52 €) e aos processos judiciais (184.769,52 €), sendo que as relacionadas com estes últimos irão ser libertadas, tendo em conta o pagamento já realizado nos últimos dias de 2018.

e) Informação por atividades económicas.

Quase todas as operações realizadas pela entidade foram-no no âmbito da sua atividade económica principal, isto é, da gestão de resíduos urbanos (CAE 38212-R3).

Muito complementarmente, foram obtidas receitas decorrentes da venda de energia.

f) Informação por mercados geográficos.

Todas as operações realizadas pela entidade foram-no no mercado nacional.

g) Detalhe do rédito.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2018			Período 2017		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	245 987,82	3,37%	(42,81%)	430 151,38	5,74%	(40,20%)
Prestação de serviços	7 054 679,98	96,62%	(0,17%)	7 066 702,27	94,24%	0,59%
Juros	1 053,04	0,01%	(36,76%)	1 665,21	0,02%	290,41%
Royalties						
Dividendos						
Totais	7 301 720,84	100,00%	(2,62%)	7 498 518,86	100,00%	(3,18%)

h) Quantia de inventários reconhecida como um gasto (rendimento) durante o período.

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos (rendimentos) durante o período com relação aos inventários da produção			Período 2018				Período 2017			
			Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Totais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Totais
Demonstração das variações nos inventários da produção	Inventários no começo do período	-		99 412,26		99 412,26		123 300,94		123 300,94
	Reclassificações	+/-								
	Perdas em sinistros	+								
	Perdas por quebras	+								
	Outras perdas	+								
	Ofertas e amostras	+								
	Ganhos em sinistros	-								
	Ganhos por sobras	-								
	Outros ganhos	-								
	Subtotais	= +								
	Inventários no fim do período	+		150 759,56		150 759,56		99 412,26		99 412,26
	Variações nos inventários da produção	=		51 347,30		51 347,30		(23 888,68)		(23 888,68)
Perdas em inventários										
Ofertas e amostras de inventários										
Perdas por imparidade										
Totais				51 347,30		51 347,30		(23 888,68)		(23 888,68)

i) Desdobramento da rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2018	Período 2017
Subcontratos		5 698 601,93	6 450 258,65
Serviços especializados	Trabalhos especializados	80 047,93	85 036,11
	Publicidade e propaganda	114 677,58	31 392,62
	Vigilância e segurança		
	Honorários	726,65	404,75
	Comissões		
	Conservação e reparação	72 244,58	33 755,88
	Serviços bancários	2 432,55	1 427,79
	Outros		
Totais		270 129,29	152 017,15
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	18 157,26	12 232,04
	Livros e documentação técnica	804,38	632,67
	Material de escritório	828,51	457,48
	Artigos para oferta		
	Outros	461,19	975,26
Totais		20 251,34	14 297,45
Energia e fluidos	Eletricidade	29 401,95	6 067,72
	Combustíveis	94 224,71	63 606,26
	Água	888,58	891,17
	Outros	2 222,82	981,50
Totais		126 738,06	71 546,65
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	18 934,35	4 123,13
	Transportes de pessoal		
	Transportes de mercadorias		
	Outros		
Totais		18 934,35	4 123,13
Serviços diversos	Rendas e alugueres	8 535,18	9 098,88
	Comunicação	5 628,85	4 406,42
	Seguros	18 456,87	13 363,69
	Royalties		
	Contencioso e notariado	680,40	839,30
	Despesas de representação	1 972,73	1 355,29
	Limpeza, higiene e conforto	6 889,51	1 500,00
	Outros serviços	2 948,77	2 563,00
Totais		45 112,31	33 126,58
Totais		6 179 767,28	6 725 369,61

j) Desdobramento da rubrica "Gastos com o pessoal".

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	Período 2018	Período 2017
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	241 963,19	232 643,97
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	54 888,47	53 207,15
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4 991,72	5 057,38
Gastos de ação social		
Outros gastos com o pessoal	18 804,63	8 047,09
Totais	320 648,01	298 955,59

k) Desdobramento das rubricas "Outros rendimentos" e "Outros gastos".

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2018	Período 2017	Outros gastos		Período 2018	Período 2017
Rendimentos suplementares	Serviços sociais	9 541,50	30 603,35	Impostos	Impostos diretos	151 149,01	2 369,06
	Aluguer de equipamento				Impostos indiretos	4 806,73	
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas	6 983,74	
	Royalties				...		
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas				...		
	Outros rendimentos suplementares				...		
Totais		9 541,50	30 603,35	Totais		162 939,48	5 567,58
Descontos de pronto pagamento obtidos			5 979,30	Descontos de pronto pagamento concedidos			
Outros rendimentos	Correções relativas a períodos anteriores	1 140 669,36	1 213 584,94	Outros gastos	Correções relativas a períodos anteriores	2 079,80	13 160,00
	Imputação de subsídios para investimentos				Donativos		
	...				Quotizações		
	Restituição de impostos				Ofertas e amostras de inventários		
	Excesso da estimativa para impostos				Insuficiência da estimativa para impostos		
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
Outros rendimentos	Outros não especificados	6 452,51	12 555,25	Outros gastos	Outros não especificados	44 241,44	120,00
	Totais	1 147 121,87	1 226 140,19		Totais	59 431,24	13 280,00
Totais		1 156 663,37	1 262 722,84	Totais		222 370,72	18 847,58

l) Detalhe da rubrica Subsídios à exploração.

Os subsídios à exploração reconhecidos pela entidade em 2018 e 2017 ascenderam a 94.991,87 € e 12.716,00 €, respetivamente. Os montantes já recebidos e a receber relativos a cada projeto, com referência a 31/12/2018, são os constantes do quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos				Medida de incentivo			Quantias concedidas		
				Medida	Entidade concedente	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios à exploração	POSEUR-03-1911-FC-000107	Educar para uma Economia Circular nos Resíduos Urbanos	AD&C	Comparticipação monetária direta	63 580,00	22 942,57	86 522,57	
		POSEUR-03-1911-FC-000128	Campanha de Educação e Sensibilização com vista à Valorização de Resíduos Urbanos	AD&C	Comparticipação monetária direta	-	13 178,40	13 178,40	
		PTDC-EQU-31439-2017	Plastic to Fuel & Mat	FCT	Comparticipação monetária direta	7 852,50	-	7 852,50	
		129/CEV18	Contrato Emprego Inserção	IEFP	Comparticipação monetária direta	154,40	-	154,40	
		Totais				71 586,90	36 120,97	107 707,87	

Mirandela, 28 de março de 2019

O Contabilista Certificado nº 63736

O Conselho de Administração

**RELATÓRIO ANUAL
E PARECER DO
FISCAL ÚNICO**

[Handwritten signature]
97

Antônio Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Exercício de 2018

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Srs. Acionistas da,
Resíduos do Nordeste, EIM, SA

O presente relatório é emitido nos termos da alínea j) do número 6 do Artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, visando apresentar o resultado da nossa ação fiscalizadora, bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, tudo respeitante ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2018.

Relatório

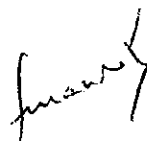
1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos pelos Estatutos da entidade, pela disposição acima referida e pelo disposto nos artigos 420º e 422º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

- a) À fiscalização da administração da sociedade;
- b) À vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) À verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas;
- e) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados com o Sistema de Normalização Contabilística;
- f) À apreciação do Relatório de Gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração, bem como das propostas que nele constam;
- g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 29 de março de 2019.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelo artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nomeadamente:

- a) Realizámos as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas entendidas por convenientes;
- b) Obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que considerámos necessários.

3. Em consequência de todo o trabalho efetuado, concluímos que:



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

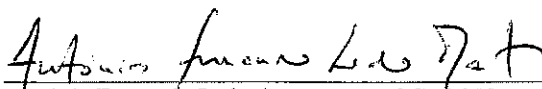
- a) Os atos praticados pelo Conselho de Administração, que são do nosso conhecimento, enquadram-se no objeto da sociedade e respeitam o cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- b) a contabilidade e todos os documentos de prestação de contas (Demonstrações Financeiras) satisfazem os requisitos legais e estatutários;
- c) O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Parecer

4. Do exposto, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2018 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
- c) Nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais, seja feita uma apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Mirandela, 29 de março de 2019



António Fernando Ledo de Matos – ROC n.º 855

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS
CONTAS**

[Handwritten signature]
27

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Resíduos do Nordeste, EIM, SA, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 21.097.844,82 € e um total de Capital Próprio de 13.765.484,86 €, incluindo um Resultado Líquido de 386.683,68 €), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Resíduos do Nordeste, EIM, SA em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

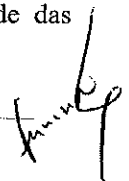
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

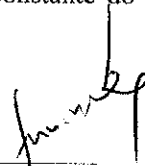
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

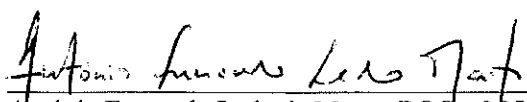
Contribuinte nº 144 315 157

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Mirandela, 29 de março de 2019



António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855

**ATA DE
APROVAÇÃO**

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, SA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM, S.A., REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2019.....

No dia 29, do mês de março, do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas, na sede da Resíduos do Nordeste, em Mirandela, realizou-se a reunião n.º 2/2019 do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste, Empresa Intermunicipal, S.A., com o número de Identificação de Pessoa Coletiva 505 542 331, e sede social sita na Rua Fundação Calouste Gulbenkian, em Mirandela, estando presentes o Presidente do Conselho de Administração, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e os Vogais Fernando Francisco Teixeira de Barros e Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães. Estive ainda presente o Diretor-Geral da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., Paulo José Gomes Monteiro Praça.

A reunião foi convocada pelo Ofício n.º 110, de 15.03.2019.

Iniciada a reunião à hora prevista, foi lida a Ordem de Trabalhos, aprovada por unanimidade:

Ponto único: Apreciação e deliberação do Relatório e Contas 2018.....

Passou-se de seguida à discussão da Ordem de Trabalhos:

APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS 2018:

O Conselho de Administração tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório e Contas 2018, da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

E não havendo mais nada a tratar, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, a qual vai ser assinada nos termos legais pelos membros presentes e pelo Diretor-Geral.

O Presidente do Conselho de Administração,

(Hernâni Dinis Venâncio Dias)

Os Vogais,

(Fernando Francisco Teixeira de Barros)

(Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães)

O Diretor Geral,

(Paulo José Gomes Monteiro Praça)



Resíduos do Nordeste, EIM

Rua Fundação Calouste Gulbenkian • 5370-340 MIRANDELA
Tel.: 278 201 570 • Fax: 278 261 897 • E-mail: geral@residuosdonordeste.pt
WWW.residuosdonordeste.pt



Sócio fundador:

